PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS
Estado do Paraná

LEI Nº 3.637, DE 09 DE JULHO DE 2009

Dispõe sobre a Elaboração das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010 do Município de Arapongas e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS, ESTADO DO PARANÁ, DECRETOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal; no artigo 4º da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000; e no artigo 68 da Lei Orgânica do Município de Arapongas, as diretrizes orçamentárias do Município para 2010, compreendendo:

I - metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
II - estrutura e organização dos orçamentos;
III - diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
IV - diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
V - disposições relativas às despesas do Município, com pessoal e encargos sociais;
VI - disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
VII - disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes **Anexos e Demonstrativos:**

Anexos:
I – Estrutura Orçamentária;
II – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita.

Demonstrativos:
I – Metas Anuais;
II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receitas e
VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

CAPÍTULO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal deverão estar em consonância com aquelas especificadas no Projeto do Plano Plurianual - PPA - 2010 a 2013, de acordo com a Lei Orgânica do Município, no seu Artigo 68, inciso I.

Art. 3º - Em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 165 da Constituição Federal, no artigo 4º da Lei Complementar n. 101/2000 e no artigo 68 da Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2010 são as especificadas no Anexo de Metas Anuais que integra esta lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2010 será dada maior prioridade:

I - às políticas de inclusão;

II – à melhoria dos serviços prestados na área social, saúde e educação;

III – à modernização da Administração Pública por meio da utilização da tecnologia da informação, da melhoria das estruturas físicas e da qualificação permanente dos servidores;

IV - à austeridade na gestão dos recursos públicos, visando recuperar a capacidade de investimentos do Município; e

V - à promoção do desenvolvimento econômico harmônico e sustentável, preservando o meio ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos.

§ 2º - A execução das ações vinculadas às prioridades e metas do Anexo a que se refere o *caput* estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

Art. 4º - Na elaboração do orçamento da Administração Pública Municipal, em conformidade com o disposto no artigo 44, da Lei Federal n. 10.257/01, buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade, num processo de democracia participativa, voluntária e universal.

Art. 5º - O Município de Arapongas viabilizará atendimento integral às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas idosas em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo-as em políticas públicas voltadas à satisfação de suas necessidades.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º - O projeto de Lei Orçamentária do Município de Arapongas, relativo ao exercício de 2010 deve assegurar os princípios de justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observando o seguinte:

I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação direta e indireta na elaboração e acompanhamento do orçamento; e

III - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 7º - Para efeito desta lei, entende-se por:

I - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - atividade: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo

contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resultam produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta lei serão identificados no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos e operações especiais mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

Art. 8º - As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos e atividades.

Art. 9º - O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até 30 de setembro de 2010, nos termos do artigo 68, § 3º, que trata Dos Orçamentos da Lei Orgânica do Município de Arapongas, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Fundação, Fundos Municipais e do Instituto de Previdência Pensões e Aposentadoria do Servidor de Arapongas - IPPASA instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal, bem como o Orçamento de Investimento das empresas em que o município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 10 - O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa e as fontes de recursos, de conformidade com a portaria n. 42 do Ministério do Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial n. 163 de 4 de maio de 2001, com alterações posteriores, que trata da natureza da despesa.

§ 1º - As fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou nelas serem incluídas novas fontes exclusivamente pela Secretaria Municipal de Finanças, mediante publicação de Decreto no Diário Oficial Eletrônico do Município de Arapongas, através do site oficial ***www.arapongas.pr.gov.br***, com a devida justificativa para atender às necessidades de fontes de execução.

§ 2º - As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§ 3º - A Reserva de Contingência prevista no artigo 41 desta lei, será identificada pelo dígito 9 no que se refere às categorias econômicas, aos grupos de natureza da despesa, às modalidades de aplicação, aos elementos de despesa e às fontes de recursos.

Art. 11. - A proposta orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

I - à participação em constituição ou ao aumento de capital de empresas; e,

II - ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Parágrafo único. Para atender ao disposto no inciso II serão considerados os pedidos protocolados até 1º de julho do presente exercício.

Art. 12. - A mensagem que encaminhará o projeto de lei orçamentária conterá:

I - o comportamento da arrecadação do exercício anterior;

II - o demonstrativo dos gastos públicos, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;

III - a situação observada no exercício de 2009 em relação ao limite de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar n. 101/2000;

IV - o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;

V - o demonstrativo do cumprimento do disposto na Emenda Constitucional n. 29/2000, que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde; e

VI - a discriminação da dívida pública total acumulada.

Art. 13. - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

IV - anexo do orçamento de investimento a que se refere o artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta lei; e

V – discriminação da legislação da receita e da despesa referentes ao orçamento fiscal.

§ 1º - Integrarão o orçamento fiscal todos os quadros previstos no inciso III do artigo 22 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º - Integrarão o orçamento de investimento, no que lhe couber, os quadros previstos na mesma lei citada no parágrafo anterior.

Art. 14. - O orçamento de investimento previsto no artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal será apresentado por empresas em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e terá o custo discriminado segundo a função e a subfunção.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 15. - O total da despesa com o pessoal do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 6% (**seis por cento**), relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 1º - O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado até o dia **20 de cada mês**, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, conforme disposto no inciso II, § 2º, do artigo 29-A, da Constituição Federal.

§ 2º - A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 70% (**setenta por cento**) de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1º do artigo 29-A, da Constituição Federal.

Art. 16. - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia **31 de julho** do corrente ano.

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I

Diretrizes Gerais

Art. 17. - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2010 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observado o princípio da publicidade e permitido o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas; bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º - Serão divulgados na *Internet*, ao menos:

I - pelo Poder Legislativo, no que couberem, os instrumentos de gestão previstos no *caput* do artigo 48 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

II - pelo Poder Executivo:

a) a estimativa das receitas de que trata o § 3º do artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

b) a proposta de Lei Orçamentária e seus anexos;

c) a Lei Orçamentária Anual; e

d) as alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais.

§ 2º - Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças, deverá:

I - manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no *caput* do artigo 48 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000; e

II – providenciar as medidas previstas no inciso II do § 1º deste artigo a partir da execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2010 e nos prazos definidos pela Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 18. - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão, nos termos do artigo 8º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

§ 1º - A Câmara Municipal de Arapongas deverá enviar **até dez dias** após a publicação da Lei Orçamentária, ao Poder Executivo, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.

§ 2º - O Poder Executivo deverá publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2010.

Art. 19. - No prazo previsto no artigo anterior desta lei, o Poder Executivo deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação; bem como as quantidades e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do artigo 13 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 20. - Verificado ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Caso necessário à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no artigo 9º da Lei Complementar n. 101/2000, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo II desta lei será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e Investimentos de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 21. - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 22. - As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Fundação, Fundos Municipais, Instituto de Previdência Pensões e Aposentadorias do Servidor de Arapongas - IPPASA e Empresas Públicas serão elaboradas segundo os preços vigentes no mês de agosto de 2010.

Art. 23. - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre novos projetos.

Parágrafo único. A programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de sua viabilidade técnica e financeira.

Art. 24. - É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Parágrafo único. Somente serão incluídas na proposta orçamentária anual dotações relativas às operações de crédito contratadas ou autorizadas pelo Legislativo Municipal e pelo Senado Federal até 30 de maio de 2010.

Art. 25. - A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria de Finanças, até **16 de julho** do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciários a serem incluídos na proposta orçamentária de 2010, devidamente atualizados, conforme determinado pelo artigo 100, § 1º, da Constituição Federal, e discriminada por grupos de natureza de despesas, conforme detalhamento constante do artigo 10 desta lei, especificando:

I - número e data do ajuizamento da ação originária;
II - número do precatório;
III - tipo da causa julgada;
IV - data da autuação do precatório;
V - nome do beneficiário;
VI - valor do precatório a ser pago;
VII - data do trânsito em julgado; e
VIII - número da vara ou comarca de origem.

Art. 26. - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013 e suas alterações e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias que for aprovada e sancionada para o exercício de 2010.

Parágrafo único. As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art. 27. - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras; e
II - incluídas despesas a título de investimentos - Regime de Execução Especial - ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecida na forma do artigo 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 28. - Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender as despesas, com ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e/ou financeiramente.

Parágrafo único. Para atender ao disposto no caput deste artigo, durante a execução orçamentária do exercício de 2010, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

Art. 29. – O projeto de Lei Orçamentária contemplará recursos para concessão de auxílios, doações, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º. As entidades que receberem recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas dos valores recebidos mediante prestação de contas à Gerência de Contabilidade (artigo 79, parágrafo único da Constituição Federal e Resolução n. 03/2006 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

§ 2º. Para consecução do proposto neste artigo, fica o poder executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observado a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 30. - É vedada a destinação de recursos públicos para instituições ou entidades privadas que não tornem suas contas acessíveis à sociedade civil.

Art. 31. - As receitas diretamente arrecadadas por Órgãos, Fundação, Fundos Municipais e do Instituto de Previdência Pensões e Aposentadoria do Servidor de Arapongas - IPPASA, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal, bem como pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto respeitado suas peculiaridades legais, serão programadas de acordo com as seguintes prioridades:

I - custeios administrativo e operacional, inclusive com pessoal e encargos sociais;
II - pagamento de amortização, juros e encargos da dívida;
III - contrapartida das operações de crédito; e
IV - garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde e ao disposto nos artigos 38 e 39 desta lei.

Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades supra arroladas poderão ser programados recursos para atender a novos investimentos.

Art. 32. - As metas remanescentes do Plano Plurianual para os exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 ficam automaticamente transpostas para o exercício financeiro de 2010.

Art. 33. - O Poder Executivo continuará implementando em 2010, de forma integrada com o Poder Legislativo, o sistema de Controle Interno de que trata o artigo 40 da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. O controle de custos e a avaliação de resultados previstos nos artigos 4º, inciso I, alínea "e", e 50, § 3º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, serão realizados pelo sistema de Controle Interno referido no *caput* deste artigo, conjunta ou isoladamente com a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 34. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal a:

I – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
II – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;
III – transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal;
IV – realizar abertura de créditos suplementares por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei Federal n. 4.320, de 1964;
V – a utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5, inciso III da LRF, e artigo 8º da Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001;
VI – realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovado, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4.320/64; e
VII – a abrir no curso da execução do orçamento de 2010, créditos adicionais suplementares para cobrir despesas vinculadas a fonte de recursos

específicos, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação e execução.

SEÇÃO II

Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 35. - O orçamento fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 36. - É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Art. 37. - Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;

II - o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e

III - as alterações tributárias.

Art. 38. - O Município aplicará, no mínimo, 25% (**vinte e cinco por cento**) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, a Emenda Constitucional 14/96 e a Lei Federal n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Art. 39. - O Município aplicará, no mínimo, 15% (**quinze por cento**) em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do artigo 7º da Emenda Constitucional n. 29/2000 e no artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 40. – O Poder Executivo tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção dos programas prioritários estabelecidos no Anexo III desta Lei, a serem incluídos nas propostas orçamentárias para 2010.

Parágrafo único. Os programas constantes do Anexo III desta proposta de Lei integrarão o Plano Plurianual 2010/2013.

Art. 41. - A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a até 1% (**um por cento**) da Receita Corrente Líquida, destinada à abertura de créditos adicionais, conforme artigo 8º da Portaria Interministerial n. 163, de 04 de maio de 2001 e alterada pela Portaria Interministerial n. 325, de 2001 e para o atendimento ao disposto no artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 2000, para atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 42. - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no § 2º do art. 167, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

SEÇÃO III

Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 43. - O orçamento fiscal destinará recursos mediante projetos específicos às empresas que compõem o orçamento de investimento.

Art. 44. - O orçamento de investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho destacado por projeto e/ou atividade segundo a mesma classificação funcional programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 45. - Não se aplicam às empresas integrantes do orçamento de investimento as normas gerais da Lei Federal n. 4.320/64, no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultados.

§ 1º. - Excetua-se do disposto neste artigo a aplicação, no que lhe couber, dos artigos 109 e 110 da Lei Federal n. 4.320/64, para as finalidades a que se destinam.

§ 2º. - Os desembolsos com aquisição de direitos do ativo imobilizado serão considerados investimento nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 9.457, de 5 de maio de 1997.

§ 3º. - A mensagem que encaminhar a proposta orçamentária anual à Câmara Municipal será acompanhada de demonstrativos que informem os montantes dos orçamentos globais de cada uma das entidades referidas neste artigo com o detalhamento das fontes que financiarão suas despesas.

SEÇÃO IV

Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 46. - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social; obedecerá ao disposto nos artigos 194 a 204 da Constituição Federal e 89 a 124 da Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas constitucionalmente;
II - do orçamento fiscal; e
III - das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento.

Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no orçamento fiscal.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.

Art. 47. - As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis - Lei Complementar n. 101, de 4 de

maio de 2000; Lei Federal n. 9.717, de 27 de novembro de 1998; e da legislação municipal em vigor.

Art. 48. - O reajuste salarial dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constante na Lei Orçamentária de 2010, em categoria de programação específica observada o limite do inciso III do artigo 20, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 49. - Os poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais a folha de pagamento de junho de 2010, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos municipais. Alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos artigos 18 e 19 da Lei Complementar n. 101/2000, observado o contido no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para atender ao disposto no caput deste artigo serão observados os limites estabelecidos na Emenda Constitucional n. 25, de 14 de fevereiro de 2000, e na Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 50. - No exercício financeiro de 2010, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderá ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o artigo 48 desta lei;

II - houver vacância, após 31 de agosto de 2010, dos cargos ocupados constantes da referida tabela;

III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

IV - forem observados os limites previstos no artigo 49 desta lei, ressalvado o disposto no artigo 22, inciso IV, da Lei Complementar n. 101/2000.

Parágrafo único. A criação de cargos, empregos e funções somente poderão ocorrer depois de atender ao disposto neste artigo, no artigo 169, § 1°, incisos I e II, da Constituição Federal; e nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 51. - No exercício de 2010, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% (**noventa e cinco por cento**) dos limites referidos no artigo 49 desta lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, é de exclusiva competência do Prefeito do Município.

Art. 52.- A proposta orçamentária assegurará recursos para a capacitação e desenvolvimento dos servidores municipais, visando o seu aprimoramento e treinamento, conforme programa de trabalho específico.

Art. 53. - O disposto no § 1°, do artigo 18 da Lei Complementar n. 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou da validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades, que simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente; e

III – não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 54. - Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício que implique acréscimo em relação à estimativa de receita constante do projeto de lei orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária, observadas as normas previstas na Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 55. - Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPCAE-IBGE ou outro indexador que venha a substituí-lo.

Art. 56. - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e a Taxa de Licença de 2010, terão desconto de 15% (quinze por cento) e 10% (dez por cento) do valor lançado para pagamento em cota única, conforme data de vencimento específico.

Art. 57 - Na previsão da receita para o exercício financeiro de 2010 serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos pela Lei Municipal de Isenções e de Incentivo à Industrialização, conforme detalhado no Anexo II – Metas Fiscais – Demonstrativo da Estimativa da Renúncia de Receita.

Art. 58. - Os valores apurados nos artigos 56 e 57 desta lei não serão considerados na previsão da receita de 2010, nas respectivas rubricas orçamentárias.

Art. 59. - O Município de Arapongas implantará/implementará o Refiscara – Refinanciamento Fiscal de Arapongas, visando ao refinanciamento dos tributos municipais, por meio de lei específica.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 60. - Os valores das metas fiscais, anexas, devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio da proposta orçamentária de 2010 ao Legislativo Municipal.

Parágrafo único. Ficam automaticamente revistas as previsões dos resultados orçamentário, nominal e primário, em conformidade com os valores previstos e fixados na proposta de Lei Orçamentária/2010.

Art. 61. - Para os efeitos do disposto no artigo 16 da Lei Complementar n. 101/2000:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o artigo 38 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do artigo 182 da Constituição; e

II - entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Art. 62. - Para efeito do disposto no artigo 42 da Lei Complementar n. 101/2000:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere; e,

II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 63. Cabe à Secretaria Municipal de Finanças/Diretoria de Finanças a responsabilidade pela coordenação da elaboração orçamentária de que trata esta lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Finanças determinará sobre:

I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do orçamento anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Fundações, Fundos, do Instituto de Previdência Pensões e Aposentadoria do Servidor de Arapongas - IPPASA e Sociedades de Economia Mista; e

III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.

Art. 64. - Todas as receitas realizadas e despesas efetuadas pela Administração Direta, pela Fundação e pelos Fundos Municipais integrantes do orçamento fiscal, incluída as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no sistema informatizado, no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 65. - São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorrida sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 66. - A Secretaria Municipal de Finanças divulgará, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, especificando-o por atividades, projetos e operações especiais em cada unidade orçamentária contidos no orçamento fiscal e demais normas para a execução orçamentária.

Art. 67. - Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterem os valores da receita orçamentária, poderão ser utilizados mediante créditos suplementares e especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do § 8º do art. 166, da Constituição Federal.

Art. 68. – Em cumprimento ao disposto no artigo 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, fica considerada como despesa de caráter irrelevante, aquela cujo montante seja de até R$ 30.000,00 (trinta mil reais) no ano.

Art. 69. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arapongas, 09 de julho de 2009.

LUIZ ROBERTO PUGLIESE
Prefeito

JOSIAS BORGES GAMERO
Secretário Municipal de Finanças

Secretaria Executiva
Publicado no Jornal
Tribuna do Norte
Em 15/07/09
Funcionária

ANEXO I

Estrutura Orçamentária

Órgão	Unidade Orçamentária	Especificação
01		CÂMARA MUNICIPAL
	01.01	Câmara de Vereadoras
02		GABINETE DO PREFEITO
	02.01	Direção Geral
	02.02	Fundo Munic.de Defesa Civil - FUNCAP
03		PROCURADORIA JURÍDICA
	03.01	Direção Geral
	03.02	Fundo Munic.Prot.Defesa ao Consumidor - FUMCON
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO
	04.01	Direção Geral
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
	05.01	Direção Geral
06		SECRETARIA MUNICIPAL ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO
	06.01	Direção Geral
	06.02	Fundo Municipal de Transito
07		SECRETARIA MUNICIPAL DO SERVIÇO SOCIAL E DA FAMÍLIA
	07.01	Fundo Municipal de Assistência Social
	07.02	Fundo Municipal de Assistência Social
	07.03	Fundo Municipal a Pessoas Portadoras de Deficiência
	07.04	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e ao Adolescente
08	07.05	Fundo Municipal da Pessoa Idosa - FMPI
		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
	08.01	Fundo Municipal de Saúde
	08.02	Fundo Municipal de Saúde
09	08.03	Fundo Municipal de Saúde
		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
	09.01	Manutenção do Setor de Merenda
	09.02	Manutenção dos Serviços do Esporte
	09.03	Manutenção do F.U.N.D.E.B.
	09.04	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
10	09.05	Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil
		SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, LAZER E EVENTOS
	10.01	Direção Geral
11	10.02	Fundo Municipal da Cultura
		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE
	11.01	Direção Geral
	11.02	Fundo Municipal do Meio Ambiente

Secretaria Executiva
Publicado no Jornal
Tribuna do vale
Em 15/07/09
Funcionária

ANEXO I

Estrutura Orçamentária

Órgão	Unidade Orçamentária	Especificação
12		SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
	12.01	Direção Geral
13		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
	13.01	Direção Geral
	13.02	Fundo Municipal de Habitação
14		UNIDADE GESTORA
	14.01	Fundação Educacional de Arapongas
	14.02	F.U.N.R.E.B.O.M.
	14.03	Fundo de Desenvolvimento de Arapongas
15		COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE ARAPONGAS-CODAR
	15.01	Coordenação Geral
16		INSTITUTO PREVIDÊNCIA, PENSÕES E APOSENTADORIA DO SERVIDOR MUNICIPAL - IPPASA
	16.01	Direção Geral

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Estado do Paraná

ANEXO II

01) ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Das Metas Fiscais

DEMONSTRATIVO DA MEMÓRIA DE CALCULO DAS METAS FISCAIS DE RECEITA

CÓDIGO	FR	ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO				PREVISTO	ARRECADADO		P R E V I S T O							
			%	2.006	%	2007	2008		%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
1000.00.00.00.00		RECEITAS CORRENTES	1,202	79.939.116	1,107	89.374.442	106.777.500	105.049.865	1,175	136.943.000	1,283	132.718.400	0,969	143.850.550	1,084	154.407.350	1,073
1100.00.00.00.00		*RECEITA TRIBUTÁRIA*	1,104	*12.215.275*	1,080	*14.193.631*	*16.858.500*	*16.357.890*	1,152	*20.987.000*	1,245	*20.003.000*	0,953	*21.078.000*	1,054	*22.216.050*	1,054
1110.00.00.00.00		*IMPOSTOS*	1,132	*8.725.915*	1,102	*10.242.825*	*11.503.000*	*11.987.929*	1,170	*15.051.000*	1,308	*13.977.000*	0,929	*14.651.000*	1,048	*15.406.050*	1,052
1112.02.00.00.00		*IMPOSTO S/PROPR PREDIAL E TERR*	1,135	*2.816.197*	1,047	*3.027.620*	*3.685.000*	*3.152.599*	1,041	*4.535.000*	1,231	*3.930.000*	0,867	*4.126.500*	1,050	*4.327.550*	1,049
1112.02.01.00.00	1000	IPTU - do Exercício	1,135	2.816 197	1,047	3.027.620	3.685.000	3.143.746	1,038	4.485.000	1,217	3.900.000	0,870	4.100.000	1,051	4.300.000	1,049
1112 02.02.00 00	1000	IPTU - Do Primeiro Exercício Anterior		-		-	-	8.821	-	30.000	-	10.000	0,333	11.000	1,100	12.000	1,091
1112.02.03.00.00	1000	IPTU - Do Segundo Exercício Anterior		-		-	-	-	-	5.000	-	5.000	1,000	5.000	1,000	5.000	1,000
1112.02.04.00.00	1000	IPTU - Do Tereceiro Exercício Anterior		-		-	-	-	-	5.000	-	5.000	1,000	5.000	1,000	5.000	1,000
1112.02.05.00.00	1000	IPTU - Do Primeiro Exercício Anterior		-		-	-	-	-	5.000	-	5 000	1,000	5.000	1,000	5.000	1,000
1112.02.06.00.00	1000	IPTU - De Exercícios Anteriores		-		-	-	32	-	5.000	-	5.000	1,000	500	0,100	550	1,100
1112.04.31.01 01	1000	IRRF s/Benif.Inat.Pensionistas-Legislativo		-		71.557	120.000	-	-	126.000	1,050	50.000	0,397	55.000	1,100	60.000	1,091
1112 04 31.01 02	1000	IRRF s/Benif.Inat.Pensionistas-Executivo					-	161.765	-	160.000	-	180 000	1,125	242.000	1,344	250.000	1,033
1112.04.31.03.01	1000	IRRF s/Fl Pgto Pessoal Civil-Legislativo		-		127.752	120.000	194.549	1,523	220.000	1,833	400 000	1,818	420 000	1,050	430.000	1,024
1112.04.31 03.02	1000	IRRF s/ Folha de Pagamento	0,990	811 841	1,299	867 414	1.150.000	875.872	1,010	1.100.000	0,957	1 000.000	0,909	1 010.000	1,010	1.030.000	1,020
1112.04.31 04.02	1000	IRRF Contratos de Terceirização		56.119	4,138	112.446	150.000	78 402	0,697	160.000	1,067	170.000	1,063	90.000	0,529	96.000	1,067
1112.04.34.00.00	1000	Imposto Retido sobre outros Rendimentos	0,000	241		-	20.000	-	-	30 000	1,500	40.000	1,333	50.000	1,250	50.000	1,000
1112.08.00.00.00	**1000**	**IMP.TRANSFM.B.IM.DIR.IMOVEIS - I.T.B.I.**	1,089	1.335.900	1,158	1.667.561	1.625.000	2.352.998	1,411	2.600.000	1,600	2.507.000	0,964	2.656.500	1,060	2.856.500	1,075
1112.08.01.00.00	1000	ITBI - do Exercício		-		-	-	2.319.238	-	2.480.000	-	2.450.000	0,988	2.600.000		2.800 000	
1112.08.02.00 00	1000	ITBI - do Primeiro Exercício Ant		-		-	-	33 760	-	100.000	-	50.000	0,500	51.000		52.000	
1112.08.03.00 00	1000	ITBI - do Segundo Exercício Ant		-		-	-	-	-	5 000	-	2.000	0,400	2.000		2.000	
1112.08.04.00.00	1000	ITBI - do Terceiro Exercício Ant		-		-	-	-	-	5.000	-	2.000	0,400	2.000		1.000	
1112.08.05.00.00	1000	ITBI - do Quarto Exercício Ant		-		-	-	-	-	5.000	-	2.000	0,400	1.000		1 000	
1112.08.06.00.00	1000	ITBI - de Outros Exercícios Ant		-		-	-	-	-	5.000	-	1.000	0,200	500		500	
1113.00.00.00.00	**1000**	**IMPOSTO S/PROD.E A CIRC. - I.S.S.**	1,184	3.705.616	1,078	4.368.476	4.633.000	5.171.745	1,184	6.120.000	1,321	5.700.000	0,931	6.001.000	1,053	6.306.000	1,051
1113.05.01.00.00	1000	ISS - do Exercício		-		-	-	5.043.328	-	5.817 000	-	5.500.000	0,946	5.800.000		6.100.000	
1113.05.02.00.00	1000	ISS - do Primeiro Exercício Anterior		-		-	-	127 603	-	300.000	-	189.000	0,630	190.000		195.000	
1113.05.03.00.00	1000	ISS - do Segundo Exercício Anterior		-		-	-	-	-	1.000	-	5.000	5,0	5.000		5.000	
1113.05 04.00.00	1000	ISS - do Terceiro Exercício Anterior		-		-	-	706	-	1 000	-	2.000	2,0	2.000		2.000	
1113.05.05.00.00	1000	ISS - do Quarto Exercício Anterior		-		-	-	60	-	500	-	2.000	4,0	2.000		2.000	
1113.05.06.00.00	1000	ISS - de Outros Exercícios Anteriores		-		-	-	48	-	500	-	2.000	4,0	2.000		2.000	
1120.00.00.00.00		*TAXAS*	1,045	*3.056.875*	1,032	*3.489.332*	*4.615.500*	*3.893.681*	1,116	*5.336.000*	1,156	*5.622.000*	1,054	*6.004.000*	1,068	*6.366.000*	1,060
1121.17.00.00.00	1510	Taxa de Fiscaliz.Vig.Sanitária	1,129	238.345	1,036	299.968	280.000	*304.933*	1,017	480.000	1,714	400.000	0,833	410.000	1,025	420.000	1,024
1121.25.00.00.00	1510	Taxa de Licença Funcionam.Estab.							-		-						
		Comerciais, Ind.e Prest.Serviços	11,74	686.342	1,082	800.101	200.000	942.432	1,18	1 100.000	5,500	1.200.000	1,091	1.300.000	1,083	1.400.000	1,077
1121.26.00.00.00	1510	Taxa de Publicidade Comercial		259		642	10.000	-	-	20.000	2,000	20.000	1,000	20 000	1,000	20.000	1,000
1121.27.00.00.00	1510	Taxa de Apreensão e Depósito		514	3,002	-	5.000	-	-	10.000	2,000	10.000	1,000	10.000	1,000	10.000	1,000
1121.29.00.00.00	1510	Taxa de Licença p/Exec.Obra	0,842	101.741	1,017	198.908	150.000	-	-	380.000	2,533	250 000	0,658	260.000	1,040	270.000	1,038
1121.31.00.00.00	1510	Taxa de Utiliz.Area Dom.Público		8.020	5,460	10 366	20.000	28.654	2,764	30.000	1,500	35.000	1,167	36.000	1,029	37.000	1,028
1121.35.00.00.00	1510	Taxa de Alinhamento e Nivelamen		-		-	10.000	-	-	15.000	1,500	15.000	1,000	15.000	1,000	15.000	1,000
1121.36.00.00.00	1510	Taxa Apreensão, Dep.e Liber.Animais		-		-	10.000	-	-	15.000	1,500	15.000	1,000	15.000	1,000	15.000	1,000
1121.99.01.00.00		Taxa Verif.Estab.Predios, Com.,Ind.							-		-						
		e Prestação de Serviços	-	-		-	1 200.000	-		-	-	-		-		-	
1122.12.00.00.00	1511	Emolumentos e Custas Processuais Adminis		-		-	500	314.925	-	340.000	-	370.000	1,088	400.000	1,081	410.000	1,025
1122.21.00.00.00	1511	Taxas de Serviços Cadastrais		-		-	1.000	-	-	1.000	1,000	1.000	1,000	1.000	1,000	1.000	1,000
1122.28.00.00.00	1511	Taxa de Cemitérios	0,783	106.040	0,880	92.564	150.000	111 515	1,205	160 000	1,067	120.000	0,750	130 000	1,083	140.000	1,077

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Estado do Paraná

1122.99.01.00.00	1511	Taxa de Coleta de Lixo	1,118	1.032 198	1,014	1 091.407	1.400.000	1.163.528	1,066	1.400.000	1,000	1.600.000	1,143	1.700.000	1,063	1.800.000	1,059
1122.99.02.00.00	1511	Taxa Conserv.Vias e Lograd.Públicos	1,135	649.510	0,986	735.200	900.000	747.884	1,017	1.000.000	1,111	1.200.000	1,200	1.300.000	1,083	1.400.000	1,077
1122.99.03.00.00	1511	Taxa Exec.Arruam.e Loteamento		2.447		872	10.000	4 389	5,034	15 000	1,500	6.000	0,400	7.000	1,167	8 000	1,143
	1000	Taxa Vistoria Contra Incendio		-		-	-	-	-	-	-	-		-		-	
1122.99.04.00.00	1020	Taxa de Combate a Incendio	1,028	231.460	1,168	259.304	269.000	275.420	1,062	370.000	1,375	380.000	1,027	400.000		420.000	
1130.00.00.00.00		***CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA***	**1,032**	***432.485***	**0,994**	***461.474***	***740.000***	***476.280***	**1,032**	***600.000***	**0,811**	***404.000***	**0,673**	***423.000***	**1,047**	***444.000***	**1,050**
1130.04.01.00.00	1000	CM Paviment.e Obras Compl.Do Exercicio	1,032	432.485	0,994	461.474	700.000	***473.975***	1,027	600.000	0,857	380.000	0,633	399.000	1,050	420.000	1,053
1130.04.02.00.00	1000	CM Paviment.e Obras Compl.Do Prim Exercicio		-		-	20.000	2.305	-		-	10.000		10.000		10.000	
1130.04.03.00.00	1000	CM Paviment.e Obras Compl.Do Segundo Exercicio		-		-	5.000	-	-		-	5.000		5.000		5.000	
1130.04.04.00.00	1000	CM Paviment.e Obras Compl.Do Terceiro Exercicio		-		-	5.000	-	-		-	3.000		3.000		3.000	
1130.04.05.00.00	1000	CM Paviment.e Obras Compl.Do Quarto Exercicio		-		-	5.000	-	-		-	3 000		3.000		3.000	
1130.04.01.00.00	1000	CM Paviment.e Obras Compl.Do Exercicio		-		-	5.000	-	-		-	3.000		3.000		3 000	
1220.00.00.00.00		***CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS***	**0,280**	***2.985.891***	**6,374**	***3.161.451***	***3.110.000***	***3.415.569***	**1,080**	***4.250.000***	**1,367**	***4.300.000***	**1,012**	***4.600.000***	**1,070**	***4.720.000***	**1,026**
1220.29.00.01.00	1050	COSIP Contr.Fat.Cons.de Energia	0,280	2.813.187	6,005	3.161.406	2.810.000	3.118.197	0,986	4.000.000	1,423	3.800.000	0,950	4.200.000	1,105	4.300 000	1,024
1220.29.00.02.00	1050	COSIP Cobrança no Carne IPTU		172 703		44	300.000	297.372	-	250.000	0,833	500 000	2,000	400.000	0,800	420 000	1,050
1300.00.00.00.00		***RECEITA PATRIMONIAL***	**2,347**	***955.171***	**0,810**	***489.028***	***1.609.000***	***882.837***	**1,805**	***1.939.500***	**1,205**	***1.747.650***	**0,901**	***2.314.500***	**1,324**	***2.278.500***	**0,984**
1311.00.01.00.00	1000	Aluguel da Estação Rodoviária		17.818		22.630	40.000	-	-	45.000	1,125	50.000	1,111	55.000	1,100	60.000	1,091
1311.00.02.00.00	1000	Aluguel Mercado Municipal	1,070	2.105	0,540	296	20.000	-	-	30.000	1,500	35.000	1,167	40.000	1,143	40.000	1,000
1311.99.01.00.00	1000	Aluguel - Centro Cultural					-	-	-	-	-	-		-		-	
1322.00.00.00.00	1000	Dividendos		-		-	80.000	-	-	60.000	0,750	60.000	1,000	60.000	1,000	60.000	1,000
1322.00.00.00.00	1079	Dividendos -FAC		-		-	-	27	-		-	-					
1325.01.03.02.00	31495	Rendimentos Atenção Básica	1,787	25.745	0,471	9.152	40.000	12.771	1,395	50 000	1,250	40.000	0,800	45.000	1,125	50.000	1,111
1325 01 03.03.01	1303	Rend.Ações Serv.Púb.Saúde 15%				22.527	50.000	43.284	1,921	60.000	1,200	60.000	1,000	65.000	1,083	70.000	1,077
1325.01.03.03.02	31327	Rend.Termo de Convênio 2791/2007		-		-	-	878	-	-	-	-		-		-	
1325.01.10.01.00	31771	Rend.Programa FMAS IGDBF				827			-	-	-	-		-		-	
1325.01.10. 03.00	31764	Programa CPBF Bolsa Familia				18		7	0,364	-	-	-		-		-	
1325.01.99.01.00	31774	Rend.FIA Estadual 2006		-		1.435	1 000	155	0,108	2.000	2,000	2.100	1,050	2.200	1,048	2.200	1,000
1325.01.99.02.00	31776	Rend.Convênio Cohapar n. 5055				2.056		5.951	2,895	15.000	-	1 000	0,067	1.000		-	
1325.01.99 16.00	31789	Rend.FMAS PPDE APAE				600		1.579	2,631	1.000	-	-	-	-		-	0,000
1325.01.99.06.00	31765	Rend.Programa Casa Abrigo				408		2.329	5,701	1.000	-	3.000	3,000	1.000	0,333	1.000	1,000
1325.01.99.07.00	31780	Rend.FNAS APAE 2006		-		-	-	720	-	1.000	-	1.050	1,050	1.100	1,048	1.100	1,000
1325.01.99.08.00	31779	Rend.Convênio INCRA		-		-	-	1.384	-		-						
1325.01.99.09.00	31782	Rend.Conv.FIA 2007		-		-	-	3.929	-		-						
1325.01.99.10.00	31777	Rend.Contrato de Repasse		-		-	-	18.148	-		-	1.000					
1325.01.99.11.00	31773	Rend.Contrato de Repasse		-		-	-	313	-		-						
1325.01.99.12.00	31781	Rend.Programa PRONAT		-		-	-	8.704	-		-						
1325.01.99.14.00	31786	Rend.Conv.PP Crescer Fam 2008		-		-	-	600	-		-	500		600		600	
1325.01.99.15.00	31787	Rend.Conv.PPL Cidade FIA 2008		-		-	-	2.649	-		-	500		600		600	
1325.01.99.16.00	31789	Rend.Conv.APAE		-		-	-	-	-	-	-	-		-		-	
1325.01.99.17.00	31788	Rend.Conv.APAE Casa Lar		-		-	-	1.185	-		-	-		-		-	
1325.01 99.19 00	31792	Rend Progr Serv.Prot.Soc. Adolesc		-		-	-	89	-	-	-	-	-	-		-	
1325.01.99.20.00	31793	Rend.Conv.Compra Direta		-		-	-	3.250	-	-	-	500	-	500		500	
1325.03.03.03.01	31316	Rendimentos Sem Dengue	0,679	349	0,815	106	-		-	-	-	-		-		-	
1325.03.03.03.02	31497	Rendimentos Dengue	1,193	881	0,282	1.747	3.000	1.314	0,752	5.000	1,667	6.000	1,200	10.000	1,667	10.000	1,000
1325.03.03.03.03	31497	Rendimentos DSTS/AIDS	1,608	5.992	0,736	2 636	6.000	26.412		6.000	1,000	1.000	0,167	-		-	
1325.03.03.03.04	31311	Rendimentos SUS	1,681	4.991	0,353	1.323	15.000	3.033	2,293	20.000	1,333	25.000	1,250	30.000	1,200	30.000	1,000
1325.03.03.03.05	31497	Rendimentos MAC/VS/FNS/MS	2,565	2.101	1,709	2.998	3 000	1 317	0,439	5.000	1,667	7 000	1,400	8 000	1,143	8.000	1,000
1325.03.03.03.06	31318	Rendimentos Incent.Estadual PSF		7.554	0,826	1.250	-		-	-	-	-		-		-	
1325.03.03.03.07	31322	Rendimentos SAMU Estadual		1.663	6,374	3.988	3.000	3.206	0,804	10.000	3,333	12.000	1,200	15.000	1,250	15.000	1,000
1325.03.03.03.08	31496	Rendimentos CEO e SAMU Federal		2.351	3,057	223	5.000	689	3,084	6.000	1,200	7.000	1,167	8.000	1,143	8.000	1,000
1325.03.03.03.09	31324	Rendimentos Termo 521/05 DST/AIDS		1.195	-	772	-		-	-	-	-		-		-	
1325.03.03.03.09	31323	Rend.SAMU FEDERAL		-	-	-	-	53	-		-						
1325.03.03.03.10	1000	Rendimentos Vig.Sanitária		7 150	-	3.983	10.000	1.766	0,444	20.000	2,000	30.000	1,500	35 000	1,167	35 000	1,000
1325.03.03.03.11	31496	Rendimentos SAMU Federal		2.263	-	2.026	5.000	752	0,371	-	-	-		-		-	
1325.03.03.03.12	31325	Rendimentos Fundo Estadual de Saúde		-	-	2.138	-	-	-	-	-	-		-		-	
1325.03.03.03.16	31497	Rend.Vigilância Sanitária		-	-	-	-	553	-		-	1.000					
1325.03.03.14.00	31326	Rend.PSF Incentivo Estadual		-	-	1 817	15.000	6.538	3,598	22.000	1,467	24.000	1,091	26.000	1,083	26 000	1,000

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Estado do Paraná

1325.03.05.02.01	31110	Rend.PNAE	5,798	4.315	0,924	3.287	6.000	2.194	0,668	7.000	1,167	10.000	1,429	12.000	1,200	12.000	1,000
1325.03.05.02.02	31112	Rend.PNAC	1,194	610	0,341	539	2.000	1.306	2,423	5.000	2,500	-	-	-		-	
1324.01.05.02.03	31113	Quadra Aleyda		-	-	-	-	-	-	-	-	-		-		-	
1324.01.99 11 00	31118	Quadra Joarib Grillo	0,051	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-		-	
1325.03.05.02.03	1107	Salário Educação	1,569	50.736	0,863	9.174	50.000	20.019	2,182	45.000	0,900	50.000	1,111	55.000	1,100	55 000	1,000
1325.03.05.02.04	31117	Transporte Escolar/PNATE	2,144	844	0,593	456	1.000	765	1,679	5.000	5,000	5 000	1,000	6.000	1,200	6.000	1,000
1325.03.05.02.05	31120	Rend.Transporte Escolar-Estadual		-	-	-	2.000	-	-	2.000	1,000	-	-	-		-	
1325.03.05.02.06	31125	Programa PEJA		463	1,017	-	5.000	-	-	6.000	1,200	-	-	-		-	
1325.03.05.02.07	31127	Transporte Escolar/Estadual	2,074	351	0,196	153	1.000	5.344		3.000	3,000	3.000	1,000	4.000	1,333	4.000	1,000
1324.01.05.02 08	31126	Jogos Escolares		-	-	-	-		-	-	-	-		-		-	
1325.03.05.02.08	31130	Rend Programa PDDE		-	-	-	-	47	-		-						
1325.03.05.02.08	31129	C.E Infantil Jardim			-	31	-		-	-	-	-		-		-	
1325.03.05.02.09	31128	C.E.Infantil Jardim			-	31	-		-	-	-	-		-		-	
1325.03.05.03.01	1103	Rend.Educação Infantil 10%		8.767	0,248	9 473	20.000	16.886	1,783	30.000	1,500	40.000	1,333	45.000	1,125	45.000	1,000
1325 03.05 03.02	1104	Rend.Ensino Fundamental 25%	1,889	10.270	0,135	10.352	50.000	13.316	1,286	60.000	1,200	60.000	1,000	20.000	0,333	20.000	1,000
1325.03.05.53.01	1101	Rend.FUNDEB 60%		41 582	0,878	36.785	80 000	125.438	3,410	90.000	1,125	100.000	1,111	150.000	1,500	110.000	0,733
1325.03.05.53.02	1102	Rend.FUNDEB 40%	0,007	5 034	26,14	2.294	20.000	3.552	1,549	25.000	1,250	30.000	1,200	35.000	1,167	35.000	1,000
1325.03.08.00.00	1030	Rend.Royalts e Outras Compensações		3 798	0,587	542	10.000	1.157	2,135	10.000	1,000	10.000	1,000	15.000	1,500	15.000	1,000
1325.03.09.00.00	1060	Rend.CIDE		1.342	0,272	821	10.000	330	0,402	12.000	1,200	25.000	2,083	30.000	1,200	30.000	1,000
1325.03.99.01.00	1000	Rend Investimentos Renda Fixa	2,526	598.625	0,760	227.261	800.000	443.201	1,950	1.000.000	1,250	800.000	0,800	1 300.000	1,625	1.300.000	1,000
1325.03.99.02.00	1501	Rend.Alienação de Bens		29 074	4,546	9.260	50.000	8.690	0,938	50.000	1,000	50.000	1,000	50.000	1,000	50.000	1,000
1325.03.99.03.00	1050	Rend.Iluminação Pública		37 377	3,239	47.049	60.000	55.314	1,176	70.000	1,167	70.000	1,000	70.000	1,000	70.000	1,000
1325 03 99 04.00	31759	Rend.Convênio FIA		884	0,277	-	-	-	-	-	-	-		-		-	
1324.01 99.06.00	31705	Rend.Centro Geração de Renda		-	-	-	-	-	-	-	-	-		-		-	
1325.03.99.05.00	1015	Rend.Fundo Munic.Transito		476	0,616	261	3.000	279	1,071	3.000	1,000	3.000	1,000	3.000	1,000	3.000	1,000
1325.03 99.06 00	1020	Rend.FUNREBOM		21.153	-	15.534	50.000	15.925	1,025	30.000	0,600	10.000	0,333	10.000	1,000	10.000	1,000
1325 03.99.07.00	1000	Rend.FUNREBOM		19.112	0,403	3.111	60.000	3.331	1,071	70.000	1,167	40.000	0,571	20.000	0,500	10.000	0,500
1325.03.99.08.00	1080	Rend.Fundo Munic.Criança Adolesc		120	-	1.585	3.000	3.610	2,278	10.000	3,333	15.000	1,500	20 000	1,333	20.000	1,000
1325.03.99.09.00	1078	Rend.Fundo Munic.PROCON		312	-	519	2.000	551	1,062	5.000	2,500	10.000	2,000	11.000	1,100	11.000	1,000
1325.03.99.10.00	1081	Rend.Fundo Munic.Port.Deficienc.		182	-	212	1.000	253	1,193	5.000	5,000	10.000	2,000	11.000	1,100	11.000	1,000
1325.03.99 11 00	1082	Rend.Fundo Munic.Meio Ambiente		6.423	98,86	4.245	20.000	2.631	0,620	30.000	1,500	35 000	1,167	40.000	1,143	40 000	1,000
1325.03.99.12.00	41606	Rend.PMAT		8.177	1,364	2.595	1.000	102	0,039	5.000	5,000	-	-	-		-	
1325.03 99.14.00	31771	Rend.CPBF Bolsa Familia		-	-	-	1.000	4.705	-	2.500	2,500	3.000	1,200	3 500	1,167	3.500	1,000
1325.03.99.15.00	1000	Rend.Incentivo IRRF		-	-	-	5 000	-	-	-	-	-		-		-	
1325.03.99.15.00	1080	Rend.FIA Fundo Munic.Criança		-	-	-	-		-	-	-	-		-		-	
1325.03.99.17.00	31768	Rend.CEF Paviment.Asfáltica		-	-	13.243	-	244	0,018	-	-	-		-		-	
1325.03.99.18.00	31769	Rend.CEF Paviment.Asfáltica		-	-	1.257	-		-	-	-	-		-		-	
1325.03.99.19.00	31760	Rend.Centro Publ.Atend		12.283	6,732	3 155	-		-	-	-	-					
1325.03.99.20.00	31772	Rend.Fia Estadual 2005		153	-	849	-	62	0,073	-	-	-		-		-	
1325 03 99.22.00	31776	Convênio Cohapar			-				-	-	-	1 000		-		-	
1324.01.99.14 00	31761	Rend.Portícos		8.387	1,115	-	-		-	-	-	-		-		-	
1324.01.99.07 00	31726	Rend.Infra-Estrutura		2 163	1,884	-	-		-	-	-	-		-		-	
1324.01.99.12.00	31729	Rend.Santa Efigênia		-	-	-	-		-	-	-	-		-		-	
1500.00.00.00.00		***RECEITA INDUSTRIAL***	0,040	-	-	-	***10.000***	-	-	***15.000***	1,500	***15.000***	1,000	***20.000***	1,333	***20.000***	1,000
1520.28.00.00.00	1000	Receita Usina de Tratamento Lixo	0,040	-	-	-	10 000	-	-	15.000	1,500	15.000	1,000	20.000	1,333	20.000	1,000
1600.00.00.00.00		***RECEITA DE SERVIÇOS***	0,885	***398.566***	0,858	***392.264***	***649.000***	***194.959***	0,497	***782.500***	1,206	***667.000***	0,852	***842.500***	1,263	***853.500***	1,013
1600.03 06.00.00	1000	Receita Terminais Rodoviários	1,479	441	0,009	4.154	30.000	27.874	6,711	35.000	1,167	35.000	1,000	36.000	1,029	37.000	1,028
1600.13.01.00.00	1000	Inscrição em Concursos Públicos	-	-	-	-	-	26.880	-	-	-	-		-		-	
1600.13.02.00.00	1000	Serviços Venda de Editais	0,836	740	0,464	29	10.000	-	-	15.000	1,500	15.000	1,000	20.000	1,333	20.000	1,000
1600.13.99.01.00	1000	Serv.Máquinas,Caminhões e Outros	2,481	5.437	0,614	10.910	20.000	-	-	30.000	1,500	30.000	1,000	35.000	1,167	35 000	1,000
1600.19.00.00.00	1000	Serv Recreativos e Culturais		-	-	-	-	11.121	-	8.000	-	9.000	1,125	20 000	2,222	10.000	0,500
1600.99.01.00.00	1000	Serv.Expedição de Carnes	1,075	15.586	0,049	39.516	70.000	-	-	90.000	1,286	100 000	1,111	110.000	1,100	110.000	1,000
1600.99.02.01.00	1000	Serv.Autenticação Bancária-IPTU	1,247	360.391	6,902	257.444	400.000	-	-	450.000	1,125	300 000	0,667	320.000	1,033	320.000	1,032
1600.99.02.02.00	1000	Serv.Autenticação Bancária-ITBI		-	-	4.407	5.000	-	-	6.000	1,200	7 000	1,167	8.000	1,143	8 000	1,000
1600.99.02.03.00	1000	Serv.Autenticação Bancária-Tx de Licença		-	-	14.039	30.000	-	-	35.000	1,167	40.000	1,143	45.000	1,125	45.000	1,000
1600.99.02.04.00	1000	Serv.Autenticação Bancária-ISS		-	-	17.782	10.000	-	-	30.000	3,000	35.000	1,167	40.000	1,143	40.000	1,000
1600.99.02.05.00	1000	Serv.Autenticação Bancária-Tarifas Diversas		-	-	13.078	10.000	-	-	18.000	1,800	20.000	1,111	21 000	1,050	21 000	1,000

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Estado do Paraná

1600.99.02.06.00	1000	Serv.Autenticação Bancária-Vig.Sanitária		-	-	-	2.000	-	-	3.000	1,500	3.000	1,000	4.000	1,333	4.000	1,000
1600.99.02.07.00	1000	Serv.Autenticação Bancária-Cemitério		-	-	-	2.000	-	-	2.500	1,250	3.000	1,200	3.500	1,167	3.500	1,000
1600.99.03.00.00	1000	Serv.Publicações Diversas	1,225	9.311	1,063	12.855	30.000	-	-	30.000	1,000	35.000	1,167	40.000	1,143	40.000	1,000
1600.99.04.00.00	1000	Serv.Aprovação de Projetos	0,375	6.660	1,046	18.052	30.000	129.084	7,151	30.000	1,000	35.000	1,167	150.000	4,286	160.000	1,067
1700.00.00.00.00		***TRANSFERÊNCIAS CORRENTES***	1,219	***60.693.687***	1,135	***68.601.042***	***79.763.000***	***81.587.092***	1,189	***100.820.000***	1,264	***96.904.000***	0,961	***104.273.500***	1,076	***112.744.000***	1,081
1721.01.02.00.00	1000	FPM	1,202	17.062.822	1,104	20.213.480	21 500.000	23 324.146	1,154	30.000 000	1,395	26 000.000	0,867	27 500.000	1,058	31.000.000	1,127
1721 01 05.00.00	1000	Cota-Parte Imp.Propried.Territ.Rural	0,841	77.665	1,104	68.475	50.000	84.614	0,956	130.000	2,600	150.000	1,154	120.000	0,800	130.000	1,083
1721.01 99.00.00	1000	Cota-Parte FPM 1% Dec.Dez.Em.55			-	217.255	-	1.030.467	4,743	300.000	-	1.200.000	4,000	1.400.000	1,167	1.600.000	1,143
1721.22.50.00.00	1030	Cota-Parte Royalties Lei n. 9.478/07			-				-		-						
1721.22.70.00.00	1030	Cota-Parte Fundo Especial FEP	1,536	192.708	1,392	188.671	250.000	328.025	1,739	330.000	1,320	400.000	1,212	450.000	1,125	500.000	1,111
1721.33 10.01.01	31495	PAB Fixo - Atenção Básica	1,250	1.345,759	1,073	1.383.749	1.600 000	1.542.675	1,115	1.800.000	1,125	2.200.000	1,222	2.500.000	1,136	2.800.000	1,120
1721.33.10.02.01	31495	PAB Variável - Saúde da Família - SF	0,958	1.884.600	0,889	1.741.500	2.200.000	2.154.888	1,237	2.700.000	1,227	2.500.000	0,926	3 330.000	1,332	3.700.000	1,111
1721.33.10.02.02	31495	PAB Variável - Agentes Comunitários - ACS	1,038	833 750	1,260	925.088	1.000.000	1.279.656	1,383	1.500 000	1,500	1.400.000	0,933	1.600.000	1,143	1.800 000	1,125
1721.33.10.02.03	31495	PAB Variável - Programa Incindencia Bucal	1,292	362.000	1,244	360 750	450 000	408.650	1,133	590.000	1,311	600.000	1,017	750.000	1,250	850.000	1,133
1721.33.20 01.01	31496	Centros Esp.Odontl. CEO		96.800	2,420	230.600	130 000	109 300	0,474	150.000	1,154	150.000	1,000	160.000	1,067	170.000	1,063
1721.33.20.01.02	31496	Serv.Atend.Movel Urg.SAMU 192 MAC		150.000	-	25.000	180 000	125.000	5,000	200.000	1,111	150.000	0,750	170.000	1,133	180 000	1,059
1721.33.30.01.01	31497	Teto Financ.(EX-TFECD) Dengue	1,169	184.062	0,734	256.441	250.000	263.077	1,026	370.000	1,480	340.000	0,919	390.000	1,147	440.000	1,128
1721.33 30.02.01	31497	M.A Coml.Vig.Sanit.MAC VISA	5,467	44.516	1,418	34.477	75.000	-	-	-	-	-		-		-	
1721.33 30.02.02	31497	Ações Básicas Vig.Sanitária-VISA	0,200	20.106	0,808	-	50.000	-	-	60.000	1,200	75.000	1,250	85.000	1,133	95.000	1,118
1721.33.50.01.01	31499	Gestão do SUS		-	-	-	200.000	-	-	-	-	-		-		-	
1721.34.03.00.00	31767	Programa FMAS PTMC APAE	1,273	81.862	0,786	96.747	100.000	81.862	0,846	100.000	1,000	110 000	1,100	120.000	1,091	120.000	1,000
1721.34.99.01.00	31765	Programa Abrigo	1,294	14.000	0,803	22.750	30 000	20.900	0,919	40.000	1,333	45.000	1,125	48 000	1,067	48.000	1,000
1721.34.99 02.00	31766	Programa FMAS Apoio Criança	1,277	114.204	0,783	134.969	150 000	103.822	0,769	148.000	0,987	170.000	1,149	170.000	1,000	170.000	1,000
1721.34 99.03.00	31770	Programa Sentinela		34.100	2,750	37.200	50.000	37.200	1,000	40.000	0,800	70.000	1,750	80.000	1,143	80.000	1,000
1721.34.99.04 00	31771	Programa FMAS IGDBF		33.399	-	56.067	99.000	50.913	0,908	100.000	1,010	67.000	0,670	66.500	0,993	66.500	1,000
1721.34.99.10.00	31775	FMAS PPDE APAE			-	17.500	-	-	-	-	-	-		-		-	
1721.34 99.11.00	31780	Programa FNAS APAE 2006			-	16.666	-	-	-	110.000	-	120.000	1,091	130.000	1,083	130.000	1,000
1721 34.99 12.00	31789	Convênio FMAS - APADE		-	-	-	-	40.000	-		-						
1721.34.99.14.00	31792	Progr.Serv;Prot.Social Adolesc.Cum		-	-	-	-	12.204	-		-						
172134.99.15.00	31793	Progr Dir.Agric.Familiar		-	-	-	-	171 102	-		-	190 000		210.000		220.000	
1721.35.01.00 00	1107	Salário Educação	1,394	686.587	0,929	955.099	1 200.000	1.190.595	1,247	1 405.000	1,171	1.550.000	1,103	1.645 000	1,061	1.745.000	1,061
1721.35.03.00.00	31110	PNAE	1,250	566.883	1,218	616.572	850.000	610.632	0,990	743.000	0,874	540.000	0,727	598.000	1,107	658.000	1,100
1721.35.99.01.00	31125	PEJA		-	-	-	50.000	-	-	80.000	1,600	-	-	-			
1721.35.99.02.00	31112	PNAC	0,973	64.548	0,918	66.528	120.000	63.096	0,948	145.000	1,208	-	-	-		-	
1721.35.99.04.00	31130	Programa PDDE		-	-	-	-	2.307	-		-						
1721 36.00.00.00	1000	Desoneração L.C. 87/96	1,154	479.792	0,639	468.171	900.000	435.027	0,929	900.000	1,000	530.000	0,589	530.000	1,000	535.000	1,009
1721.99.03.00.00	1000	Auxlio Financ.Fomento a Exportação FEX	1,955	528.639	1,993	423.694	800.000	511.595	1,207	800.000	1,000	700.000	0,875	720.000	1,029	730.000	1,014
1721.99.99.01 00	1000	Depto Nacional Produção Mineral-CFM			-	13.203	50.000	6.561	0,497	50.000	1,000	30.000	0,600	40.000	1,333	60.000	1,500
1721.99.99.04.00	31791	Convênio C.E.F.		-	-	-	-	49.200	-		-						
1722 01.01.00.00	1000	ICMS	1,296	22 944.768	1,187	24.140 899	27.000.000	26.199.579	1,085	30.000.000	1,111	29.000.000	0,967	31.000 000	1,069	33.000.000	1,065
1722.01.02.00.00	1000	IPVA	1,186	3 870.171	1,225	4.902.244	7.000.000	6.031.750	1,230	8.400.000	1,200	7.000.000	0,833	7.500.000	1,071	7.700.000	1,027
1722.01 04.00.00	1000	IPI sobre Exportação	1,294	711.245	1,204	770.789	1.000.000	836.507	1,085	1.200.000	1,200	1.000.000	0,833	1.050.000	1,050	1.100.000	1,048
1722.01.13.00.00	1060	CIDE	1,522	259.752	0,994	263 229	300.000	215.541	0,819	300 000	1,000	350.000	1,167	370.000	1,057	380.000	1,027
1722.22.30.00.00	1030	Cota-Parte Royalties Lei n. 7.990/89	0,719	15.649	0,473	11 184	30.000	10.023	0,896	30.000	1,000	40.000	1,333	40.000	1,000	45.000	1,125
1722.33.02.00.00	31322	Samu - Estadual		68.670	2,201	68.750	100.000	81.250	1,182	100.000	1,000	95.000	0,950	105.000	1,105	115.500	1,100
1722.33.03.00.00	31326	Incentivo Estadual PSF	2,000	60.000	0,500	110 000	100.000	170.000	1,545	120.000	1,200	190.000	1,583	210.000	1,105	230.000	1,095
1724.01.01.00 00	1101	FUNDEB - 60%	1,185	6.925.876	1,098	9.005.771	9.000 000	12.652.338	1,405	13.210 000	1,468	14.460.000	1,095	15.288.000	1,057	16.085.000	1,052
1724 01.02.00.00	1102	FUNDEB - 40%		-	-	57 476	1.640.000	-	-	2.675.000	1,631	3.355.000	1,254	3.562.000	1,062	3.755.000	1,054
1750.00.99.01 00	1080	Incentivo Fiscal - IRRF Doações ao FIA	0,672	-	-	74 150	60.000	77 223	1,041	100 000	1,667	120.000	1,200	140 000	1,167	140.000	1,000
1750.00.99.02.00	1000	Transf.Incentivos Fiscais a Cultura	0,311	20.583	0,848	10 139	50.000	-	-	60.000	1,200	70.000	1,167	80.000	1,143	80.000	1,000
1750.00.99.03.00	1083	Fundo Munic.Dir.Pessoa Idosa		350	-	-	10.000	-	-	7 000	0,700	10.000	1,429	11 000	1,100	11.000	1,000
1761.01.01.01.00	31311	Programa SUS	0,792	644.108	1,731	426 453	800.000	604 282	1,417	900.000	1,125	880 000	0,978	1.000 000	1,136	1 120.000	1,120
1761.01.01.03.00	31316	Programa SEM DENGUE		-	-	-	-	-	-	-	-	-		-		-	
1761.01.01.04.00	31497	Programa DSTS/AIDS	0,632	75.000	1,500	75.000	100.000	50.000	0,667	100 000	1,000	100.000	1,000	110 000	1,100	120.000	1,091
1761.01.01.04.00	31324	Convênio Termo Coop.521/05 DST AIDS		18 577	-	-	-		-	-	-	-		-		-	
1761.01.99.04.00	31325	Fundo Estadual de Saúde		-	-	-	-		-	-	-	-		-		-	
1761.04.01.00.00	31764	Programa CPBF Bolsa Família		7 643	2,012	-	-		-	-	-	-		-		-	

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Estado do Paraná

1761.02.01.00.00	31117	Programa Nac.Transporte Escolar	0,742	21.314	0,833	27.567	40.000	31.890	1,157	80.000	2,000	95.000	1,188	104.000	1,095	114.000	1,096
1762.02.10.00.00	31127	Transporte Escolar/Estado	2,047	119.418	0,907	66.738	150.000	409.169	6,131	497.000	3,313	557.000	1,121	591.000	1,061	616.000	1,042
1762.99.02.00.00	31759	Termo FIA		35.666	0,990	-	-		-	-	-	-		-		-	
1762.99.01.00.00	31774	Convênio FIA Estadual 2006		-	-	-	49.000	13.950	-	100.000	2,041	145.000	1,450	150.000	1,034	155.000	1,033
1762.02.10.01.00	31126	Jogos Escolares		-	-	-	-		-	-	-	-					
1762.99.01.00.00	31772	FIA		-	-	-	-	9.730	-		-						
1762.99.02.00.00	31762	BPC		-	-	-	-		-	-	-	-					
1762.99.03.00.00	31782	FIA 2007		-	-	-	-	78.400	-		-						
1762.99.04.00.00	31786	Convênio PP Crescer Fam FIA 2008		-	-	-	-	14.400	-	50.000	-	50.000	1,000	50.000	1,000	50.000	1,000
1762.99.05.00.00	31787	Convênio PPL Cidade Fia 2008		-	-	-	-	63.545	-	100.000	-	100.000	1,000	100.000	1,000	100.000	1,000
1900.00.00.00.00		***OUTRAS RECEITAS CORRENTES***	1,639	2.690.527	0,506	2.537.027	4.778.000	2.611.517	1,029	8.149.000	1,706	9.081.750	1,114	10.722.050	1,181	11.575.300	1,080
1910.00.00.00.00		***MULTAS E JUROS DOS TRIBUTOS***	1,339	940.678	0,697	792.784	1.615.500	533.248	0,673	2.231.000	1,381	2.867.250	1,285	4.296.250	1,498	5.029.400	1,171
1911.35.00.00.00	**1510**	**MULTAS E JUROS DA TAXA DE V.SANIT..**		-	-	1.561	10.000	1.928	1,235	15.000	1,500	10.000	0,667	10.000	1,000	10.000	1,000
1911.38.00.00.00	**1000**	**MULTAS E JUROS DO IPTU**	1,119	17.905	0,909	16.963	33.500	15.454	0,911	35.500	1,060	32.000	0,901	33.000	1,031	33.000	1,000
1911.38.01.00.00	1000	M.e J. Mora IPTU - do Exercício		-	-	-	30.000	14.291	-	28.500	0,950	-	-	-		-	
1911.38.02.00.00	1000	M.e J. Mora IPTU-do Prim.Exerc.Anter		-	-	-	1.000	1.163	-	5.000	5,000	-	-	-		-	
1911.38.03.00.00	1000	M.e J. Mora IPTU-do Seg.Exerc.Anter		-	-	-	1.000	-	-	500	0,500	-	-	-		-	
1911.38.04.00.00	1000	M.e J. Mora IPTU-do Terc.Exerc.Anter		-	-	-	-	-	-	500	-	-	-	-		-	
1911.38.05.00.00	1000	M.e J. Mora IPTU-do Quarto Exerc.Anter		-	-	-	1.000	-	-	500	0,500	-	-	-		-	
1911.38.06.00.00	1000	M.e J. Mora IPTU-de Outros Exerc.Anter		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-		-	
1911.39.00.00.00	**1000**	**MULTAS E JUROS DO ITBI**		-	-	-	4.000	74	-	4.000	1,000	4.500	1,125	5.000	1,111	5.000	1,000
1911.39.01.00.00	1000	Multas e Juros ITBI - do Exercício		-	-	-	1.000	-	-	1 500	1,500	-	-	-		-	
1911.39.02.00.00	1000	Multas e Juros ITBI - do Exercício		-	-	-	1.000	-	-	500	0,500	-	-	-		-	
1911.39.03.00.00	1000	Multas e Juros ITBI - do Exercício		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-		-	
1911.39.04.00.00	1000	Multas e Juros ITBI - do Exercício		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-		-	
1911.39.05.00.00	1000	Multas e Juros ITBI - do Exercício		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-		-	
1911.39.06.00.00	1000	Multas e Juros ITBI - do Exercício		-	-	-	500	74	-	500	1,000	-	-	-		-	
1911.40.00.00.00	**1000**	**MULTAS E JUROS DO ISS**	0,412	1.392	0,113	783	7.500	42.196	53,92	42.000	5,600	50.000	1,190	51.000	1,020	51.000	1,000
1911.40.01.00.00	1000	Multas e Juros de Mora ISS - Do Exerc		-	-	-	5.000	34.295	-	30.000	6,000	-	-	-		-	
1911.40.02.00.00	1000	Multas e Juros de Mora ISS - Do Exerc		-	-	-	500	7.485	-	10.000	-	-	-	-		-	
1911.40.03.00.00	1000	Multas e Juros de Mora ISS - Do Exerc		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-		-	
1911.40.04.00.00	1000	Multas e Juros de Mora ISS - Do Exerc		-	-	-	500	331	-	500	1,000	-	-	-		-	
1911.40.05.00.00	1000	Multas e Juros de Mora ISS - Do Exerc		-	-	-	500	35	-	500	1,000	-	-	-		-	
1911.40.06.00.00	1000	Multas e Juros de Mora ISS - Do Exerc		-	-	-	500	51	-	500	1,000	-	-	-		-	
1911.98.00.00.00	**1000**	**Multas e Juros Contrib.Melhoria-do Exercício**	1,526	4.832	0,691	4.073	12.500	4.016	0,986	10.000	0,800	15.000	1,500	16.000	1,067	16.000	1,000
1911.98.01.00.00	1000	Multas e Juros de Mora Contr.Melh.Exerc		-	-	-	10.000	3.726	-	7.000	0,700	-	-	-		-	
1911.98.02.00.00	1000	Multas e Juros de Mora Contr.Melh.Exerc		-	-	-	500	291	-	1 000	2,000	-	-	-		-	
1911.98.03.00.00	1000	Multas e Juros de Mora Contr.Melh.Exerc		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-		-	
1911.98.04.00.00	1000	Multas e Juros de Mora Contr.Melh.Exerc		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-		-	
1911.98.05.00.00	1000	Multas e Juros de Mora Contr.Melh.Exerc		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-		-	
1911.98.06.00.00	1000	Multas e Juros de Mora Contr.Melh.Exerc		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-		-	
1911.99.00.00.00	**1000**	**MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS**			-		1.000	32.247	-	21.500	-	64.000	2,977	66.500	1,039	68.500	1,030
1911.99.05.00.00	1510	Multas e Juros de Mora de Taxas			-		-	30.781	-	20.000	-	62.000	3,100	64.000	1,032	66.000	1,031
1911.99.07.00.00	1050	Juros de Mora da COSIP		-	-	-	1.000	1.467	-	1 500	1,500	2.000	1,333	2.500	1,250	2.500	1,000
1911.99.99.00.00	**1000**	**MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS**	1,011	29.269	0,886	31.067	40.000	-	-	73.000	1,825	66.000	0,904	69.500	1,053	69.500	1,000
1911.99.99.01.00	1000	Multas e Juros de Outros Tributos-IPTU	1,011	29.269	0,886	26.677	20.000	-	-	50.000	2,500	40.000	0,800	40.500	1,013	40.500	1,000
1911.99.99.02.00	1000	Multas e Juros de Outros Tributos-ITBI		-	-	-	5.000	-	-	6.000	1,200	7.000	1,167	8.000	1,143	8.000	1,000
1911.99.99.03.00	1000	Multas e Juros de Outros Tributos-Tx Licença		-	-	4.390	10.000	-	-	11.000	1,100	12.000	1,091	13.000	1,083	13.000	1,000
1911.99.99.04.00	1000	Multas e Juros de Outros Tributos-ISS		-	-	-	2.000	-	-	2 500	1,250	3.000	1,200	3.500	1,167	3.500	1,000
1911.99.99.05.00	1000	Multas e Juros de Outros Tributos-Tar.Diversas		-	-	0	3.000	-	-	3.500	1,167	4.000	1,143	4 500	1,125	4.500	1,000
1913.11.00.00.00		**MULTAS E JUROS D.ATIVA IPTU**	0,403	576.159	2,964	383.738	880.000	155.413	0,405	656.000	0,745	770.000	1,070	738.000	1,051	748.000	1,014
1913.11.01.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa IPTU-do Exercício	0,403	576.159	2,964	79.974	400.000	4.931	0,062	160.000	0,400	170.000	1,063	180.000	1,059	180.000	1,000
1913.11.02.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa IPTU-do 1.		-	-	147.459	200.000	27.964	0,190	220.000	1,100	230.000	1,045	230.000	1,000	240.000	1,043
1913.11.03.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa IPTU-do 2.		-	-	57.469	100.000	24.973	0,435	110.000	1,100	120.000	1,091	130.000	1,083	130.000	1,000
1913.11.04.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa IPTU-do 3.		-	-	45.521	80.000	22.495	0,494	60.000	0,750	70.000	1,167	80.000	1,143	80.000	1,000
1913.11.05.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa PITU-do 4.		-	-	32.458	50.000	21.964	0,677	55.000	1,100	60.000	1,091	65.000	1,083	65.000	1,000
1913.11.06.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa IPTU-Exerc.Ant		-	-	20.858	50 000	53.087	2,545	51.000	1,020	52.000	1,020	53 000	1,019	53.000	1,000

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Estado do Paraná

1913.12.00.00.00		**MULTAS E JUROS DE MORA D.ATIVA ITBI**			-		**3.000**	**537**	-	**3.500**	**1,167**	**4.000**	**1,143**	**4.500**	**1,125**	**4.500**	**1,000**
1913.12.01.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ITBI-Exerc		-	-	-	500	-	-	1.000	2,000	4.000	4,000	4.500	1,125	4.500	1,000
1913.12.02.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa IT8I-Prim Exerc Ant		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-		-	
1913.12.03.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ITBI-Seg Exerc Ant		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-		-	
1913.12.04.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ITBI-Terceiro Exerc Ant		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-		-	
1913.12.05.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ITBI-Quarto Exerc Ant		-	-	-	500	537	-	500	1,000	-	-	-		-	
1913.12.06.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ITBI-Outros Exerc Ant		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-		-	
1913.13.00.00.00		**MULTAS E JUROS MORA D.ATIVA ISS**	**0,213**	**26.872**	**2,647**	**18.688**	**80.000**	**3.633**	**0,194**	**30.000**	**0,375**	**36.750**	**1,225**	**37.050**	**1,008**	**37.100**	**1,001**
1913.13.01.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ISS-do Exerc.	0,213	26.872	2,647	2.505	20.000	-	-	5.000	0,250	5.250	1,050	5.300	1,010	5.300	1,000
1913.13.02.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ISS-do 1.		-	-	9.634	20 000	1.293	0,134	5.000	0,250	10 500	2,100	10.550	1,005	10.600	1,005
1913.13.03.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ISS-do 2.		-	-	3.504	20.000	319	0,091	5.000	0,250	5 250	1,050	5.300	1,010	5.300	1,000
1913.13.04.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ISS-do 3.		-	-	1.821	10.000	885	0,486	5.000	0,500	5.250	1,050	5.300	1,010	5.300	1,000
1913.13.05.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ISS-do 4.		-	-	347	5.000	465	1,341	5.000	1,000	5.250	1,050	5.300	1,010	5.300	1,000
1913.13.06.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ISS-Exerc.Ant		-	-	877	5.000	672	0,766	5.000	1,000	5.250	1,050	5.300	1,010	5.300	1,000
1913.35.00.00.00	**1510**	**Multas e Juros D.Ativa Vig.San.**		**307**	-	**44**	**10.000**	**1.539**	**34,85**	**10.000**	**1,000**	**10.000**	**1,000**	**10.200**	**1,020**	**10.300**	**1,010**
1913.98.00.00.00		**MULTAS E JUROS MORA CONTR.MELHO**	-	**10.029**	-	**14.728**	**36.000**	**12.637**	**0,858**	**47.000**	**1,306**	**39.500**	**0,840**	**43.000**	**1,089**	**43.000**	**1,000**
1913.98.01.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa Contr.M.-do Exerc.	-	10.029	-	5.026	5.000	428	0,085	7.000	1,400	8.000	1,143	9.000	1,125	9.000	1,000
1913.98.02.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa Contr.M.-do 1.		-	-	5.800	10.000	5.103	0,880	15.000	1,500	10.000	0,667	10.000	1,000	10.000	1,000
1913.98.03.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa Contr.M.-do 2.		-	-	3.869	10.000	4.019	1,039	12.000	1,200	8.000	0,667	8.000	1,000	8.000	1,000
1913.98.04.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa Contr.M.-do 3.		-	-	-	5.000	3.087	-	6.000	1,200	6.000	1,000	7.000	1,167	7.000	1,000
1913.98.05.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa Contr.M.-do 4.		-	-	-	5.000	-	-	6.000	1,200	6.000	1,000	7 000	1,167	7.000	1,000
1913.98.06.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa Contr.M.-Exerc.Anter		-	-	34	1 000	-	-	1.000	1,000	1.500	1,500	2.000	1,333	2.000	1,000
1913.99.00.00.00		**MULTAS E JUROS MORA D.A.OUTROS TRIB**		**95.435**	**0,210**	**124.892**	**201.000**	**72.109**	**0,577**	**230.000**	**1,144**	**270.000**	**1,174**	**304.000**	**1,126**	**304.000**	**1,000**
1913.99.01.00.00		**M.E J.MORA D.ATIVA OUTROS TRIB.TX GERAL**		-	-	**116.460**	**151.000**	**72.109**	**0,619**	**180.000**	**1,192**	**210.000**	**1,167**	**234.000**	**1,114**	**234.000**	**1,000**
1913.99.01.01.00	1511	Multas e Juros D.Ativa Taxas em Geral-do Exerc		-	-	38.256	45.000	2.358	0,062	20.000	0,444	30.000	1,500	35.000	1,167	35.000	1,000
1913.99.01.02.00	1511	Multas e Juros D.Ativa Taxas em Geral-do1.		-	-	47.309	50.000	29.362	0,621	55.000	1,100	55.000	1,000	60.000	1,091	60.000	1,000
1913.99.01.03.00	1511	Multas e Juros D.Ativa Taxas em Geral-do 2		-	-	24.053	30.000	21.734	0,904	35.000	1,167	40.000	1,143	45.000	1,125	45.000	1,000
1913.99.01.04.00	1511	Multas e Juros D.Ativa Taxas em Geral-do 3.		-	-	2.690	15.000	15.249	5,669	20.000	1,333	25.000	1,250	30.000	1,200	30.000	1,000
1913.99.01.05.00	1511	Multas e Juros D.Ativa Taxas em Geral-do 4.		-	-	1.692	6.000	392	0,232	20 000	3,333	30.000	1,500	32.000	1,067	32.000	1,000
1913.99.01.06.00	1511	Multas e Juros D.Ativa Taxas em Geral-Exerc.Anter		-	-	2.460	5.000	3.014	1,225	30 000	6,000	30.000	1,000	32.000	1,067	32.000	1,000
1913.99.99.01.00	**1000**	**MULTAS E JUROS D.ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA**		**95.435**	**0,210**	**8.432**	**50.000**	-	-	**50.000**	**1,000**	**60.000**	**1,200**	**70.000**	**1,167**	**70.000**	**1,000**
1914.99.00.29.02	**1050**	**ENC.MORT.COSIP CARNET IPTU**		**3.406**	-	**7.896**	**20.000**	**5.322**	**0,674**	**25.000**	**1,250**	**26.000**	**1,040**	**27.000**	**1,038**	**28.000**	**1,037**
1919.00.00.00.00		**MULTAS DE OUTRAS ORIGENS**	**1,595**	**175.072**	**0,283**	**188.352**	**276.000**	**186.141**	**0,988**	**1.028.500**	**3,726**	**1.537.500**	**1,495**	**2.881.500**	**1,874**	**3.601.500**	**1,250**
1919.15.00.00.00	1015	Multas Previstas na Leg.de Transito	0,549	36.094	0,951	39.360	60.000	37.568	0,954	600.000	-	1.200.000	2,000	2 500.000	2,083	3.200.000	1,280
1919 32.00.00.00	1000	Multa Decorrente Sentença Penal Conden			-			623	-	10.000	-	10.000	1,000	10.000	1,000	10.000	1,000
1919.35.00.00.00	1082	Fundo Munic.Meio Ambiente	-	131.400	1,564	140.215	160.000	147.698	1,053	300.000	1,875	190.000	0,633	220.000	1,158	240.000	1,091
1919.50.00.00.00	1078	Fundo Munic.PROCON	-	6.009	-	7.000	25.000	252	0,036	35.000	1,400	40.000	1,143	45 000	1,125	45.000	1,000
1919.99.01.00.00	1000	Correção Monetária dos Tributos	1,566	224	0,000	258	15.000	-	-	60.000	4,000	70.000	1,167	75 000	1,071	75.000	1,000
1919.99.02.00.00	1081	Fundo Munic Apoio Port.Deficiencia	-	1.220	0,917	750	5.000	-	-	8.000	1,600	10.000	1,250	12.000	1,200	12.000	1,000
1919.99.03.00.00	1080	Multas do Fundo Munic.Criança e Adolesc	-	125	0,098	-	-	-	-	2 000	-	2 500	1,250	3 000	1,200	3.000	1,000
1919.99.04.00.00	1084	Fundo Munic.Defesa Civil-FUNCAP	-	-	-	-	10.000	-	-	11.000	1,100	12.000	1,091	13.000	1,083	13.000	1,000
1919.99.05.00.00	1000	Multas de Diversas Origens	-	-	-	769	1 000	-	-	2.500	2,500	3.000	1,200	3.500	1,167	3.500	1,000
1920.00.00.00.00		**INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**			-		**150.000**	**51.250**	-	**215.000**	**1,433**	**240.000**	**1,116**	**260.000**	**1,083**	**260.000**	**1,000**
1921.99.01.00.00	1000	Outras Indenizações		33	0,001	44.185	100.000	-	-	105.000	1,050	120 000	1,143	130.000	1,083	130 000	1,000
1922.99.01.00.00	1000	Impugnações e Glosas Determ.TC			-		-	39 026	-	50.000	-	50.000	1,000	50.000	1,000	50.000	1,000
1922.99.99.01.00	1000	Outras Restituições		56.195	0,024	37.608	50.000	12.224	0,325	60.000	1,200	70.000	1,167	80.000	1,143	80.000	1,000
1922.99.99.02.00	1104	Compensão Financeira Educação		298.123	-	1.733	-	-	-	-	-	-					
1930.00.00.00.00		***RECEITA DA DIVIDA ATIVA***	1,025	***1.178.266***	**0,772**	***1.411.054***	***2.582.500***	***1.724.568***	**1,222**	***5.153.000***	**2,011**	***5.474.500***	**1,062**	***5.610.800***	**1,025**	***5.699.900***	**1,016**
1931.00.00.00.00		***RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA***	0,867	***909.908***	**0,788**	***1.045.357***	***2.022.500***	***1.679.699***	**1,607**	***4.613.000***	**2,281**	***4.874.500***	**1,057**	***5.006.800***	**1,027**	***5.085.900***	**1,016**
1931.11.00.00.00		**RECEITA DIVIDA ATIVA IPTU**	0,938	**801.923**	**0,760**	**929.195**	**1.670.000**	**1.061.063**	**1,142**	**2.170.000**	**1,299**	**2.310.000**	**1,065**	**2.420.000**	**1,048**	**2.490.000**	**1,029**
1931.11.01.00.00	1000	Rec.D.Ativa IPTU-do Exerc.	0,938	801.923	0,760	229.053	500.000	248.448	1,085	600.000	1,200	640.000	1,067	660.000	1,031	660.000	1,000
1931.11.02.00.00	1000	Rec.D.Ativa IPTU-do 1.		-	-	363.692	450.000	402 844	1,108	550.000	1,222	590.000	1,073	630.000	1,068	700.000	1,111
1931.11.03.00.00	1000	Rec.D.Ativa IPTU-do 2		-	-	134.919	250.000	220.341	1,633	350.000	1,400	370.000	1,057	380.000	1,027	380.000	1,000
1931.11.04.00.00	1000	Rec.D.Ativa IPTU-do 3.		-	-	84.849	200.000	82.353	0,971	300.000	1,500	310 000	1,033	320.000	1,032	320.000	1,000
1931.11.05.00.00	1000	Rec.D.Ativa IPTU-do 4.		-	-	42.760	150.000	39.595	0,926	170.000	1,133	190.000	1,118	210.000	1,105	210 000	1,000
1931.11.06.00.00	1000	Rec.D.Ativa IPTU- Exerc.Anteriores		-	-	73.922	120.000	67.481	0,913	200.000	1,667	210.000	1,050	220.000	1,048	220.000	1,000
1931.12.00.00.00		**REC.DIVIDA ATIVA - ITBI**		-	-	-	**4.500**	-	-	**5.000**	**1,111**	**6.000**	**1,200**	**6.500**	**1,083**	**6.500**	**1,000**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Estado do Paraná

1931.12.01.00.00	1000	Rec.Div.Ativa ITBI - do Exercício		-	-	-	1.000	-	-	1.500	1,500	-	-	-		-	
1931.12.02.00.00	1000	Rec.Div.Ativa ITBI - do Prim Exerc.Anterior		-	-	-	1.000	-	-	1.000	1,000	-	-	-		-	
1931.12.03.00.00	1000	Rec.Div.Ativa ITBI - do Seg Exerc.Anterior		-	-	-	1.000	-	-	1.000	1,000	-	-	-		-	
1931.12.04.00.00	1000	Rec.Div.Ativa ITBI - do Terc. Exerc.Anterior		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-		-	
1931.12.05.00.00	1000	Rec.Div.Ativa ITBI - do Quarto Exerc.Anterior		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-		-	
1931.12.06.00.00	1000	Rec.Div.Ativa ITBI - de Outros Exerc.Anterior			-		500	-	-	500	1,000		-				
1931.13.00.00.00		**RECEITA DÍVIDA ATIVA ISS**	**0,491**	**89.710**	**0,894**	**67.027**	**160.000**	**55.611**	**0,830**	**355.000**	**2,219**	**380.000**	**1,070**	**391.000**	**1,029**	**392.000**	**1,003**
1931.13.01.00.00	1000	Rec.D.Ativa ISS-do Exerc.	0,491	89.710	0,894	7.126	20.000	-	-	105.000	5,250	110.000	1,048	115.000	1,045	115.000	1,000
1931.13.02.00.00	1000	Rec.D.Ativa ISS-do 1.		-	-	41.247	80.000	13.629	0,330	90.000	1,125	100.000	1,111	95.000	0,950	96.000	1,011
1931.13.03.00.00	1000	Rec.D.Ativa ISS-do 2		-	-	11.900	30.000	37.071	3,115	50.000	1,667	60.000	1,200	65.000	1,083	65.000	1,000
1931.13.04.00.00	1000	Rec.D.Ativa ISS-do 3.		-	-	5.848	20.000	3.065	0,524	40.000	2,000	40.000	1,000	42.000	1,050	42.000	1,000
1931.13.05.00.00	1000	Rec.D.Ativa ISS-do 4.		-	-	-	5.000	869	-	40.000	8,000	40.000	1,000	42.000	1,050	42.000	1,000
1931.13.06.00.00	1000	Rec.D.Ativa ISS-Exerc.Anter		-	-	905	5.000	976	1,079	30.000	6,000	30.000	1,000	32.000	1,067	32.000	1,000
1931.35.00.00.00		**RECEITA D.ATIVA VIGILÂNCIA SANITARIA**		**7.148**	-	**264**	**50.000**	**9.026**	**34,18**	**24.000**	**0,480**	**26.000**	**1,083**	**28.000**	**1,077**	**28.000**	**1,000**
1931.35.00.00.00	1510	Rec.D.Ativa Vig Sanitária		7.148	-	264	50.000	9 026	34,18	24.000	0,480	26.000	1,083	28.000	1,077	28 000	1,000
1931.98.00.00.00		**DÍVIDA ATIVA CONTR.MELHORIA**		**11.031**	-	**48.872**	**135.000**	**82.407**	**1,686**	**89.000**	**0,659**	**171.500**	**1,927**	**174.300**	**1,016**	**176.400**	**1,012**
1931.98.01.00.00	1000	Rec.D.Ativa Contr.Melh.-do Exerc	-	11.031	-	14.914	30.000	21.934	1,471	20.000	0,667	40.000	2,000	41.000	1,025	42.000	1,024
1931.98.02.00.00	1000	Rec.D.Ativa Contr.Melh.-do 1.		-	-	23.999	50.000	43.004	1,792	35.000	0,700	86.000	2,457	87.000	1,012	88.000	1,011
1931.98.03.00.00	1000	Rec.D.Ativa Contr.Melh.-do 2		-	-	9.772	25.000	11.012	1,127	25.000	1,000	25.500	1,020	26.000	1,020	26.100	1,004
1931.98.04.00.00	1000	Rec.D.Ativa Contr.Melh.-do 3.		-	-	-	10 000	6.456	-	3.000	0,300	13.000	4,333	13 100	1,008	13.100	1,000
1931 98 05.00.00	1000	Rec.D.Ativa Contr.Melh.-do 4.		-	-	-	10.000	-	-	3.000	0,300	3.500	1,167	3.600	1,029	3.600	1,000
1931.98.06.00.00	1000	Rec.D.Ativa Contr.Melh.-Exerc.Anter		-	-	186	10.000	-	-	3 000	0,300	3.500	1,167	3.600	1,029	3.600	1,000
1931.99.00.00.00		**DÍVDA ATIVA DE OUTROS TRIB.TX GERAL**		**96**	-	-	**3.000**	**471.592**	-	**1.970.000**	-	**1.981.000**	**1,006**	**1.987.000**	**1,003**	**1.993.000**	**1,003**
1931.99.01.01.01	1511	Rec.D.Ativa de Outros Trib.Tx Geral-Do Exerc		96	-	-	500	127.528	-	520.000	-	525.000	1,010	526.000	1,002	527.000	1,002
1931.99.01.01.02	1511	Rec.D.Ativa de Outros Trib.Tx Geral-1. Exerc.Ant		-	-	-	500	236.119	-	650.000	-	652.000	1,003	653.000	1,002	654.000	1,002
1931.99.01.01.03	1511	Rec.D.Ativa de Outros Trib.Tx Geral-Do 2. Exerc		-	-	-	500	70.235	-	250 000	-	251.000	1,004	252 000	1,004	253.000	1,004
1931.99.01.01.04	1511	Rec.D.Ativa de Outros Trib.Tx Geral-Do 3 Exerc		-	-	-	500	33.486	-	200.000	-	201.000	1,005	202.000	1,005	203.000	1,005
1931.99.01.01.05	1511	Rec.D.Ativa de Outros Trib Tx Geral-Do 4 Exerc		-	-	-	500	688	-	190.000	-	191.000	1,005	192.000	1,005	193.000	1,005
1931.99.01.01.06	1511	Rec.D.Ativa de Outros Trib.Tx Geral-De Outros Exerc.Ant		-	-	-	500	3.536	-	160.000	-	161.000	1,006	162.000	1,006	163.000	1,006
1932.00.00.00.00		**DIVIDA ATIVA OUTROS TRIB,TX GERAL Ajust**	**2,362**	**268.358**	**0,722**	**365.697**	**540.000**	**44.868**	**0,123**	**540.000**	**1,000**	**600.000**	**1,111**	**604.000**	**1,007**	**614.000**	**1,017**
1932.16.00.29.00		**DÍVIDA ATIVA COSIP COBRANA CARNE**		22.310	-	24.156	40 000	44.868	**1,857**	40 000	**1,000**	50.000	**1,250**	44.000	**0,880**	44 000	**1,000**
1932.16.00.29.02	1050	D.Ativa COSIP Cobrança Carne IPTU		22.310	-	24.156	40.000	44.868	**1,857**	40.000	**1,000**	50 000	**1,250**	44.000	**0,880**	44 000	**1,000**
1932.99.99.00.00		**REC.DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA**	**2,362**	**246.047**	**0,662**	**341.541**	**500.000**	-	-	**500.000**	**1,000**	**550.000**	**1,100**	**560.000**	**1,018**	**570.000**	**1,018**
1932.99.99.01.00	1000	Rec.Div.Ativa não Tributaria	2,362	246.047	0,662	341.541	500.000	-	-	500.000	1,000	550.000	1,100	560.000	1,018	570 000	1,018
1990.00.00.00.00		***RECEITAS DIVERSAS***		***253.327***	**1,683**	***249.662***	***450.000***	***302.452***	**1,211**	***550.000***	**1,222**	***500.000***	**0,909**	***555.000***	**1,110**	***586.000***	**1,056**
1990.99.99.01.00	1000	Receitas Eventuais	1,814	146.022	1,613	104.446	250.000	102 872	0,985	250.000	1,000	150.000	0,600	165.000	1,100	166.000	1,006
1990.99.99.02.00	1079	Receita do Psicotecnico		107.306	-	145.216	200.000	199.580	1,374	300.000	1,500	350.000	1,167	390.000	1,114	420 000	1,077
1990.99 99 03.00		Cancelamento R.a Pagar		-	-	-	-		-	-	-	-					
2421 099.01 00.00	31728	Alargamento Av. Rouxinol			-		-		-	-	-	-					
	41611	Provias		-	-	1.687.819	-		-	-	-	-					
2000.00.00.00.00		***RECEITAS DE CAPITAL***	**0,536**	***4.541.102***	**2,762**	***4.651.225***	***10.846.000***	***4.968.588***	**1,068**	***8.450.000***	**0,779**	***14.700.000***	**1,740**	***5.320.000***	**0,362**	***4.820.000***	**0,906**
2100.00.00.00.00		***OPERAÇÕES DE CRÉDITO***	**0,292**	***4.025.104***	**8,856**	***2.850.717***	***6.396.000***	***573.332***	**0,201**	***6.000.000***	**0,938**	***11.600.000***	**1,933**	***2.200.000***	**0,190**	***2.200.000***	**1,000**
2114.02.01.00.00		Op.Crédito Inst.Programas de Saúde		-	-	40.423	-		-	-	-	-					
2114.02.02.00.00	41688	Constr.Ampl.Reforma de Posto de Saúde		-	-	-	600.000	-	-	600.000	**1,000**	600.000	-	-	**0,000**	-	**0,000**
2114.05.00.00.00	41606	Operação Crédito - PMAT		340.000	1,110	1.687.819	399.000	-	-	-	-	-					
2114.99.99.01.00	31609	Pavimentação	0,049	2.929.253	38,48	292.323	-	41.972	0,144	-	-	-					
2114.99.99.02.00	31610	Centro Admistrativo		409.897	-	830.152	-	531 360	0,640	-	-	-					
2119.00.01.00.00	31686	CISAM		344.854	5,796	-	-			-	-	-					
2119.00.05.00.00	31607	Creches		-	-	-	-		-	-	-	1 000.000		200.000		200.000	
2119 99.00.02 00	31608	Reestruturação do Mercado		1 101	-	-	-		-	-	-	-					
2114.99.99.11 00	41612	Operação Crédito - Paraná Urbano-Pavim		-	-	-	5.397.000	-	-	5.400.000	1,001	10.000.000	**1,852**	2.000.000	**0,200**	2.000.000	**1,000**
2200.00.00.00.00		**ALIENAÇÃO DE BENS**	**0,121**	***231.589***	**1,508**	***1.051.983***	***1.450.000***	***2.065.233***	**1,963**	***1.450.000***	**1,000**	***2.000.000***	**1,379**	***2.020.000***	**1,010**	***2.020.000***	**1,000**
2219.00.01.00.00	1501	Alienações de Ativos Moveis não Vinculados		-	-	-	150.000	162.262	-	150.000	**1,000**	100.000	**0,667**	120.000	**1,200**	120.000	**1,000**
2229.00.01.00.00	1501	Alienações de Ativos Imoveis não Vinculados	0,120	231.589	**1,514**	1.051.983	1.300.000	1 902.971	**1,809**	1.300.000	**1,000**	1.900.000	**1,462**	1 900.000	**1,000**	1 900.000	**1,000**
2400.00.00.00.00		**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**	**2,783**	***284.408***	**0,275**	***748.525***	***3.000.000***	***2.330.022***	**3,113**	***1.000.000***	**0,333**	***1.100.000***	**1,100**	***1.100.000***		***600.000***	
2421.01.01.00.00		Implant.CEO			-				-		-						
2471.01.01.00.00	31327	Termo de Convênio 2791/2007			-		-	*47.124*	-		-	*500.000*		*550.000*			

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Estado do Paraná

2471.02.01.00.00	31128	C.E.Infantil Jardim			-	5.150			-		-						
2471.02.02.00.00	31129	C.E.Infantil Jardim			-	5.150			-		-						
2471.99.06.00.00	31779	Convênio Incra			-	30 425			-		-						
2471.99.99.07.00	31768	C.E.F. Pav		206.408	-	281.269	-	98.797	0,351	-	-	-					
2471.99.99.08.00	31769	C.E.F. Pav		78.000	1,300	-	-		-	-	-	-					
2471.99.99.11.00	31773	C.E.F. Pav.Ruas Conj.Habit.			-	97.500			-		-						
2471.99.99.12.00	31781	Programa PRONAT			-	160.000	-		-	-	-	-					
2421.99.10.00 00	31726	Infra-Estrutura	3,667	-	-	-	-		-	-	-	-					
2421.99.04.00.00	31761	Constr.Porticos	1,389	-	-	-	-		-	-	-	-					
2421 99 09.00.00	31709	Creche Dona Martinha e Columbia		-	-	-	-		-	-	-	-					
2421 99 05.00 00	31760	Centro Atendiento Idoso		-	-	-	-		-	-	-	-					
2422.99.02.00.00	31729	Residencial Sta Efigenia		-	-	-	-		-	-	-	-					
2422.99.03.00 00	31734	Iluminação Pública		-	-	-	-		-	-	-	-					
2473.02.01.00.00	31114	Esc.Alzira Horw.	0,879	-	-	-	-		-	-	-	-					
2471.99.99.11 00	31777	C.E.F. Pavimentação		-	-	-	500.000	390.000	-	-	-	600.000		600.000		600.000	
2472.99.05.01.00	31788	Convênio FMAS Casa Lar - Veículos			-		-	44.885	-		-						
2472.99 99.03.00	31776	Convênio COHAPAR		-	-	141.141	2.500.000	1.749.216	12,39	1.000.000	0,400	500.000	0,500	500.000			
2472.99.99.04 00	31774	Conv.FIA Estadual 2006			-	27.890			-		-						
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB				*(6.179.792)*	1,141	*(7.928.230)*	*(10.178.085)*	*(10.126.081)*	1,277	*(14.126.000)*	1,388	*(12.736.000)*	0,902	*(13.540.000)*	1,063	*(14.693.000)*	1,085
9721.01.02.00.00	1000	Dedução FUNDEB FPM		(2.559.423)	1,104	(3.367.565)	(3.940.950)	(4.275.315)	1,270	(6.000.000)	1,522	(5.200.000)	0,867	(5.500.000)	1,058	(6.200.000)	1,127
9721.01.05.00.00	1000	Dedução FUNDEB ITR		-		(5.892)	(6.665)	(11.282)	1,915	(26 000)	3,901	(30.000)	1,154	(24.000)	0,800	(26.000)	1,083
9721.36.00.00.00	1000	Dedução FUNDEB L.C. 87/96		(71 969)	0,639	(77.997)	(164 970)	(79.740)	1,022	(180 000)	1,091	(106.000)	0,589	(106.000)	1,000	(107.000)	1,009
9722.01.01 00.00	1000	Dedução FUNDEB ICMS		(3 441.715)	1,187	(4 021.874)	(4.949.100)	(4.802.382)	1,194	(6.000.000)	1,212	(5.800.000)	0,967	(6.200.000)	1,069	(6.600 000)	1,065
9722.01.02.00.00	1000	Dedução FUNDEB IPVA		-		(326 488)	(933.100)	(804.030)	2,463	(1.680.000)	1,800	(1.400.000)	0,833	(1 500.000)	1,071	(1.540.000)	1,027
9722.01 04.00.00	1000	Dedução FUNDEB IPI Exportação		(106.685)	1,204	(128.413)	(183.300)	(153.332)	1,194	(240 000)	1,309	(200.000)	0,833	(210.000)	1,050	(220.000)	1,048
											-						
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA POR RENÚNCIA 01000							-	-		(1.307.000)	-	(1.433.750)	1,097	(1 495 900)	1,043	(1.532.450)	1,024
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA POR RENÚNCIA - 1050										(20.000)	-	(25.000)	1,250	(22.000)	0,880	(22.000)	1,000
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA POR RENÚNCIA - 1510										(12.000)	-	(13.000)	1,083	(14.000)	1,077	(14.000)	1,000
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA POR RENÚNCIA - 1511										(985 000)	-	(990.500)	1,006	(993.500)	1,003	(996.500)	1,003
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA POR DESCONTOS CONCEDIDO							(335.000)			(672 750)	2,008	(585.000)	0,870	(615.000)	1,051	(645.000)	1,049
											-						
TOTAL DAS DEDUÇÕES				(6.179 792)	1,141	(7.928.230)	(10.513.085)	(10 126.081)	1,277	(17.122.750)	1,629	(15.783.250)	0,922	(16.680.400)	1,057	(17.902.950)	1,073
											-						
SOMA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA			1,164	78.300.426	1,144	86.097.437	107.110.415	99.892.371	1,160	128.270.250	1,198	131.635.150	1,026	132.490.150	1,006	141.324.400	1,067

Secretaria Executiva
Publicado no Jornal
Tribuna do norte
Em 15/07/09
Funcionária

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Estado do Paraná

02) ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - I.P.P.A.S.A.

CÓDIGO	FR		ARRECADADO				PREVISTO	ARRECADADO		PREVISTO							
		ESPECIFICAÇAO		2006		2007	2008		%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
1000.00.00.00.00		RECEITAS CORRENTES		2.865.979		3.653.470	4.015.000	3.747.029	1,026	4.515.500	1,125	5.518.050	1,222	7.042.858	1,276	9.040.000	1,284
1200.00.00.00.00		Receitas de Contribuições	2,071	2.543.632	2,161	3.240.759	2.395.000	2.326.163	0,718	2.634.500	1,100	2.964.950	1,125	3.626.448	1,189	4.229.000	1,199
1210.29.07.00.00	2040	Contribuições de Servidor Ativo Civil	2,559	1.943.682	2,181	2.074.857	2.300.000	2.272.383	1,095	2.530.000	1,100	2.850.000	1,126	3 400.000	1,193	4.100.000	1,206
1210.29.09.00.00	2040	Contribuições de Servidor Inativo Civil	1,000	29.870	0,643	44.799	85.000	43.718	0,976	93.500	1,100	102.850	1,100	113.138	1,100	115.000	1,016
1210.29.11.00.00	2040	Contribuições de Pensionistas Civil	0,975	4.340	0,484	7.943	10.000	10.062	1,267	11.000	1,100	12.100	1,100	13.310	1,100	14.000	1,052
1210.46.00.00.00	1551	Compensação Previd.Regime Geral e os									-		-				
		Regimes Próprios de Prev.Servidores	1,401	565 740	2,454	1.113 161	-	-	-	-	-	-	-	-			
1300.00.00.00.00	2040	Receita Patrimonial	0,934	322.348	1,328	412.711	610.000	559.841	1,356	770.000	1,262	1.341.000	1,742	2.003.100	1,494	2.997.000	1,496
1328 10 01.00.00	2040	Fundo Investimento Renda Fixa	0,934	289 559	1,193	-	500 000	549.450		650.000	1,300	1.320.000	2,031	1 980.000	1,500	2 970.000	1,500
1328.10 02 00.00	1551	Fundo Investimento Renda Fixa		32.789		-	100.000	6.477		110.000	1,100	10.000	0,091	11.000	1,100	13 000	1,182
1328.10 03.00.00	1000	Remuneração de Invest.Renda Fixa		-		-	10.000	3.914		10.000	1,000	11.000	1,100	12.100	1,100	14.000	1,157
1329.00 28.10.01	2040	Remuneração de Invest.Renda Fixa		-		375.675	-	-	-	-	-	-	-	-			
1329 00.28.10.02	1551	Remuneração de Invest.Renda Fixa		-		36.642	-	-	-	-	-	-	-	-			
1329 00.28.10.03	1001	Remuneração de Invest.Renda Fixa				394	-	-	-	-	-	-	-	-		-	
1900.00.00.00.00		Outras Receitas Correntes				-	1.010.000	861.024		1.111.000	1,100	1.212.100	1,091	1.513.310	1,249	1.814.000	1,199
1922.10.00.00.00	1551	Compensação entre Regime Previdênciário					1.000.000	861.024		1.100.000	1,100	1.200.000	1,091	1.500.000	1,250	1.800.000	1,200
1922 99.03 00.00	2040	Restituições por Pgto Antecipado		-		-	10 000	-		11.000	1,100	12 100	1,100	13.310	1,100	14.000	1,052
7000.00.00.00.00		RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA		-		1.578.215	2.042.000	2.357.730	1,494	2.246.200	1,100	2.700.000	1,202	3.240.000	1,200	3.888.000	1,200
7210 29.01.00.00	2040	Contr.Patronal Serv.Ativo Civil Op In		-		1.578.215	2.042.000	1 753.352	1,111	2.246.200	1,100	2.700.000	1,202	3.240.000	1,200	3 888.000	1,200
7210.29.15 00.00	2040	Contr.Prev em Regime de Parcel.de Débitos		-		-	-	604.378		-	-	-	-	-		-	
											-		-				
		SOMA - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1,715	2.865.979	2,019	5.231.685	6.057.000	6.104.759	1,167	6.761.700	1,116	8.218.050	1,215	10.282.858	1,251	12.928.000	1,257
											-		-				
		TOTAL GERAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	1,172	81.166.405	1,162	91.329.121	113.167.415	105.997.130	1,161	135.031.950	1,193	139.853.200	1,036	142.773.008	1,021	154.252.400	1,080

Fonte: Exercícios de 2008 e anteriores - Balanço da Administração Direta e Indireta

Memória de Cálculo da Receita Prevista:

* A receita projetada da Administração direta, foi estabelecida expurgando do cálculo a previsão de receita do IPPASA, o que resulta num crescimento médio 8,14%, levando em consideração uma maior eficiência da fiscalização e arrecadação dos tributos.
* Arrecadação de Multas Previstas na Legislação de Trânsito.
* Contratação de Operação de Crédito no valor de R$ 11.600.000,00

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS
Publicado no Jornal Norte
Em, 15 / 07 / 2009
Funcionário

PUBLICAÇÃO LEGAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS
Estado do Paraná

LEI Nº 3.637, DE 09 DE JULHO DE 2009

Dispõe sobre a Elaboração das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010 do Município de Arapongas e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS, ESTADO DO PARANÁ, DECRETOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal; no artigo 4º da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000; e no artigo 68 da Lei Orgânica do Município de Arapongas, as diretrizes orçamentárias do Município para 2010, compreendendo:
I - metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
II - estrutura e organização dos orçamentos;
III - diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
IV - diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
V - disposições relativas às despesas do Município, com pessoal e encargos sociais;
VI - disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
VII -disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes **Anexos e Demonstrativos:**

Anexos:
I – Estrutura Orçamentária;
II – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita.

Demonstrativos:
I – Metas Anuais;
II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receitas e
VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

CAPÍTULO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - *As metas e prioridades da Administração Pública Municipal deverão estar em consonância* com aquelas especificadas no Projeto do Plano Plurianual - PPA - 2010 a 2013, de acordo com a Lei Orgânica do Município, no seu Artigo 68, inciso I.

Art. 3º - Em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 165 da Constituição Federal, no artigo 4º da Lei Complementar n. 101/2000 e no artigo 68 da Lei Orgânica do Município, as metas e *prioridades para o exercício financeiro de 2010 são as especificadas no Anexo de Metas Anuais que* integra esta lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem em limite à programação das despesas.
§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2010 será dada maior *prioridade:*
I - às políticas de inclusão;
II – à melhoria dos serviços prestados na área social, saúde e educação;
III – à modernização da Administração Pública por meio da utilização da tecnologia da informação, da melhoria das estruturas físicas e da qualificação permanente dos servidores;
IV - à austeridade na gestão dos recursos públicos, visando recuperar a capacidade de investimentos *do Município; e*
V - à promoção do desenvolvimento econômico harmônico e sustentável, preservando o meio ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos.

§ 2º - *A execução das ações vinculadas às prioridades e metas do Anexo a que se refere o caput* estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

Art. 4º - Na elaboração do orçamento da Administração Pública Municipal, em conformidade com o disposto no artigo 44, da Lei Federal n. 10.257/01, buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade, num processo de democracia participativa, voluntária e universal.

Art. 5º - O Município de Arapongas viabilizará atendimento integral às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas idosas em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo-as em políticas públicas voltadas à satisfação de suas necessidades.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º - O projeto de Lei Orçamentária do Município de Arapongas, relativo ao exercício de 2010 deve assegurar os princípios de justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observando o seguinte:
I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;
II - o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação direta e indireta na elaboração e acompanhamento do orçamento; e
III - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 7º - Para efeito desta lei, entende-se por:
I - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
II - atividade: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
III – projeto: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e
IV - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resultam produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta lei serão identificados no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos e operações especiais mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

Art. 8º - As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos e atividades.

Art. 9º - O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até 30 de setembro de 2010, nos termos do artigo 68, § 3º, que trata Dos Orçamentos da Lei Orgânica do Município de Arapongas, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Fundação, Fundos Municipais e do Instituto de Previdência Pensões e

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 21. - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 22. - As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Fundação, Fundos Municipais, Instituto de Previdência Pensões e Aposentadorias do Servidor de Arapongas - IPPASA e Empresas Públicas serão elaboradas segundo os preços vigentes no mês de agosto de 2010.

Art. 23. - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre novos projetos.

Parágrafo único. A programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de sua viabilidade técnica e financeira.

Art. 24. - É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Parágrafo único. *Somente serão incluídas na proposta orçamentária anual dotações relativas às* operações de crédito contratadas ou autorizadas pelo Legislativo Municipal e pelo Senado Federal até 30 de maio de 2010.

Art. 25. - A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria de Finanças, até **16 de julho** do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciários a serem incluídos na proposta orçamentária de 2010, devidamente atualizados, conforme determinado pelo artigo 100, § *1º, da Constituição Federal, e discriminada por grupos de natureza de despesas, conforme* detalhamento constante do artigo 10 desta lei, especificando:
I - número e data do ajuizamento da ação originária;
II - número do precatório;
III - tipo da causa julgada;
IV - data da autuação do precatório;
V - nome do beneficiário;
VI - valor do precatório a ser pago;
VII - data do trânsito em julgado; e
VIII - número da vara ou comarca de origem.

Art. 26. - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do *Projeto de Lei* Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013 e suas alterações e com a Lei de Diretrizes *Orçamentárias que for aprovada e sancionada para o exercício de 2010.*

Parágrafo único. As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua *continuidade e/ou conclusão.*

Art. 27. - Na programação da despesa não poderão ser:
I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente *instituídas as unidades executoras; e*
II - incluídas despesas a título de investimentos - Regime de Execução Especial - ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecida na forma do artigo 167, § 3º, da Constituição *Federal.*

Art. 28. - Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender as despesas, com ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação do *Município em* cooperar técnica e/ou financeiramente.

Parágrafo único. *Para atender ao disposto no caput deste artigo, durante a execução orçamentária* do exercício de 2010, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

Art. 29. – O projeto de Lei Orçamentária contemplará recursos para concessão de auxílios, doações, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de

ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º. As entidades que receberem recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas dos valores recebidos mediante prestação de contas à Gerência de Contabilidade (artigo 79, parágrafo único da Constituição Federal e Resolução n. 03/2006 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

§ 2º. Para consecução do proposto neste artigo, fica o poder executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observado a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 30. - É vedada a destinação de recursos públicos para instituições ou entidades privadas que não tornem suas contas acessíveis à sociedade civil.

Art. 31. - As receitas diretamente arrecadadas por Órgãos, Fundação, Fundos Municipais e do Instituto de Previdência Pensões e Aposentadoria do Servidor de Arapongas - IPPASA, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal, bem como pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto respeitado suas peculiaridades legais, serão programadas de acordo com as seguintes prioridades:
I - custeios administrativo e operacional, inclusive com pessoal e encargos sociais;
II - pagamento de amortização, juros e encargos da dívida;
III - contrapartida das operações de crédito; e
IV - garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde e ao disposto nos artigos 38 e 39 desta lei.
Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades supra arroladas poderão ser programados recursos para atender a novos investimentos.

Art. 32. - As metas remanescentes do Plano Plurianual para os exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 ficam automaticamente transpostas para o exercício financeiro de 2010.

Art. 33. - O Poder Executivo continuará implementando em 2010, de forma integrada com o Poder Legislativo, o sistema de Controle Interno de que trata o artigo 40 da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. O controle de custos e a avaliação de resultados previstos nos artigos 4º, inciso I, alínea "e", e 50, § 3º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, serão realizados pelo sistema de Controle Interno referido no *caput* deste artigo, conjunta ou isoladamente com a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 34. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal a:
I – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
II – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;
III – transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal;
IV – realizar abertura de créditos suplementares por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei Federal n. 4.320, de 1964;
V – a utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5, inciso III da LRF, e artigo 8º da Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001;
VI – realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovado, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4.320/64; e
VII – a abrir no curso da execução do orçamento de 2010, créditos adicionais suplementares para cobrir despesas vinculadas a fonte de recursos específicos, cujo recebimento no exercício tenha

Municipal, bem como o Orçamento de Investimento das empresas em que o município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 10 - O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa e as fontes de recursos, de conformidade com a portaria n. 42 do Ministério do Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial n. 163 de 4 de maio de 2001, com alterações posteriores, que trata da natureza da despesa.

§ 1º - As fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou nelas serem incluídas novas fontes exclusivamente pela Secretaria Municipal de Finanças, mediante publicação de Decreto no Diário Oficial Eletrônico do Município de Arapongas, através do site oficial ***www.arapongas.pr.gov.br***, com a devida justificativa para atender às necessidades de fontes de execução.

§ 2º - As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§ 3º - A Reserva de Contingência prevista no artigo 41 desta lei, será identificada pelo dígito 9 no que se refere às categorias econômicas, aos grupos de natureza da despesa, às modalidades de aplicação, aos elementos de despesa e às fontes de recursos.

Art. 11. - A proposta orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:
I - à participação em constituição ou ao aumento de capital de empresas; e,
II - ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Parágrafo único. Para atender ao disposto no inciso II serão considerados os pedidos protocolados até 1º de julho do presente exercício.

Art. 12. - A mensagem que encaminhará o projeto de lei orçamentária conterá:
I - o comportamento da arrecadação do exercício anterior;
II - o demonstrativo dos gastos públicos, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;
III - a situação observada no exercício de 2009 em relação ao limite de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar n. 101/2000;
IV - o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;
V - o demonstrativo do cumprimento do disposto na Emenda Constitucional n. 29/2000, que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde; e
VI - a discriminação da dívida pública total acumulada.

Art. 13. - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:
I - texto da lei;
II - quadros orçamentários consolidados;
III - anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
IV - anexo do orçamento de investimento a que se refere o artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta lei; e
V – discriminação da legislação da receita e da despesa referentes ao orçamento fiscal.

§ 1º - Integrarão o orçamento fiscal todos os quadros previstos no inciso III do artigo 22 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º - Integrarão o orçamento de investimento, no que lhe couber, os quadros previstos na mesma lei citada no parágrafo anterior.

Art. 14. - O orçamento de investimento previsto no artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal será apresentado por empresas em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e terá o custo discriminado segundo a função e a subfunção.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 15. - O total da despesa com o pessoal do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 6% (**seis por cento**), relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 1º - O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado até o dia **20 de cada mês**, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, conforme disposto no inciso II, § 2º, do artigo 29-A, da Constituição Federal.
§ 2º - A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 70% (**setenta por cento**) de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1º do artigo 29-A, da Constituição Federal.

Art. 16. - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia **31 de julho** do corrente ano.

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I

Diretrizes Gerais

Art. 17. - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2010 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observado o princípio da publicidade e permitido o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas; bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º - Serão divulgados na *Internet*, ao menos:
I - pelo Poder Legislativo, no que couberem, os instrumentos de gestão previstos no *caput* do artigo 48 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.
II - pelo Poder Executivo:
a) a estimativa das receitas de que trata o § 3º do artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;
b) a proposta de Lei Orçamentária e seus anexos;
c) a Lei Orçamentária Anual; e
d) as alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais.

§ 2º - Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças, deverá:
I - manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no *caput* do artigo 48 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000; e
II – providenciar as medidas previstas no inciso II do § 1º deste artigo a partir da execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2010 e nos prazos definidos pela Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 18. - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão, nos termos do artigo 8º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

§ 1º - A Câmara Municipal de Arapongas deverá enviar **até dez dias** após a publicação da Lei Orçamentária, ao Poder Executivo, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.

§ 2º - O Poder Executivo deverá publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2010.

Art. 19. - No prazo previsto no artigo anterior desta lei, o Poder Executivo deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação; bem como as quantidades e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do artigo 13 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 20. - Verificado ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Caso necessário à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no artigo 9º da Lei Complementar n. 101/2000, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo II desta lei será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e Investimentos de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 35. - O orçamento fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 36. - É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Art. 37. - Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:
I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
II - o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e
III - as alterações tributárias.

Art. 38. - O Município aplicará, no mínimo, 25% (**vinte e cinco por cento**) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, a Emenda Constitucional 14/96 e a Lei Federal n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Art. 39. - O Município aplicará, no mínimo, 15% (**quinze por cento**) em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do artigo 7º da Emenda Constitucional n. 29/2000 e no artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 40. – O Poder Executivo tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção dos programas prioritários estabelecidos no Anexo III desta Lei, a serem incluídos nas propostas orçamentárias para 2010.

Parágrafo único. Os programas constantes do Anexo III desta proposta de Lei integrarão o Plano Plurianual 2010/2013.

Art. 41. - A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a até 1% (**um por cento**) da Receita Corrente Líquida, destinada à abertura de créditos adicionais, conforme artigo 8º da Portaria Interministerial n. 163, de 04 de maio de 2001 e alterada pela Portaria Interministerial n. 325, de 2001 e para o atendimento ao disposto no artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 2000, para atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 42. - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no § 2º do art. 167, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

SEÇÃO III

Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 43. - O orçamento fiscal destinará recursos mediante projetos específicos às empresas que compõem o orçamento de investimento.

Art. 44. - O orçamento de investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho destacado por projeto e/ou atividade segundo a mesma classificação funcional programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 45. - Não se aplicam às empresas integrantes do orçamento de investimento as normas gerais da Lei Federal n. 4.320/64, no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultados.

§ 1º. - Excetua-se do disposto neste artigo a aplicação, no que lhe couber, dos artigos 109 e 110 da Lei Federal n. 4.320/64, para as finalidades a que se destinam.

§ 2º. - Os desembolsos com aquisição de direitos do ativo imobilizado serão considerados investimento nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 9.457, de 5 de maio de 1997.

§ 3º. - A mensagem que encaminhar a proposta orçamentária anual à Câmara Municipal será acompanhada de demonstrativos que informem os montantes dos orçamentos globais de cada uma das entidades referidas neste artigo com o detalhamento das fontes que financiarão suas despesas.

SEÇÃO IV

Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 46. - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social; obedecerá ao disposto nos artigos 194 a 204 da Constituição Federal e 89 a 124 da Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes:
I - das contribuições sociais previstas constitucionalmente;
II - do orçamento fiscal; e
III - das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento.

Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no orçamento fiscal.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 47. - As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis - Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000; Lei Federal n. 9.717, de 27 de novembro de 1998; e da legislação municipal em vigor.

Art. 48. - O reajuste salarial dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constante na Lei Orçamentária de 2010, em categoria de programação específica observada o limite do inciso III do artigo 20, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 49. - Os poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais a folha de pagamento de junho de 2010, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos municipais. Alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos artigos 18 e 19 da Lei Complementar n. 101/2000, observado o contido no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para atender ao disposto no caput deste artigo serão observados os limites estabelecidos na Emenda Constitucional n. 25, de 14 de fevereiro de 2000, e na Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 50. - No exercício financeiro de 2010, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderá ser admitidos servidores se:
I - existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o artigo 48 desta lei;
II - houver vacância, após 31 de agosto de 2010, dos cargos ocupados constantes da referida tabela;
III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e
IV - forem observados os limites previstos no artigo 49 desta lei, ressalvado o disposto no artigo 22, inciso IV, da Lei Complementar n. 101/2000.

Parágrafo único. A criação de cargos, empregos e funções somente poderão ocorrer depois de atender ao disposto neste artigo, no artigo 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal; e nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 51. - No exercício de 2010, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% (**noventa e cinco por cento**) dos limites referidos no artigo 49 desta lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, é de exclusiva competência do Prefeito do Município.

Art. 52.- A proposta orçamentária assegurará recursos para a capacitação e desenvolvimento dos servidores municipais, visando o seu aprimoramento e treinamento, conforme programa de trabalho específico.

Art. 53. - O disposto no § 1º, do artigo 18 da Lei Complementar n. 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou da validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos, para feito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades, que imultaneamente:
I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de ompetência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;
II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de essoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de argo ou categoria extinta, total ou parcialmente; e
III – não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 54. - Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o érmino deste exercício que implique acréscimo em relação à estimativa de receita constante do rojeto de lei orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na xecução orçamentária, observadas as normas previstas na Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 964.

Art. 55. - *Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo* PCAE-IBGE ou outro indexador que venha a substituí-lo.

Art. 56. - *O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana* – IPTU, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e a Taxa de Licença de 2010, terão *desconto de 15%* (quinze por cento) e 10% (dez por cento) do valor lançado para pagamento em cota única, conforme *data de vencimento específico.*

Art. 57 - Na previsão da receita para o exercício financeiro de 2010 serão observados os incentivos e *os benefícios fiscais estabelecidos pela Lei Municipal de Isenções e de Incentivo à Industrialização,* conforme detalhado no Anexo II – Metas Fiscais – Demonstrativo da Estimativa da Renúncia de Receita.

Art. 58. - Os valores apurados nos artigos 56 e 57 desta lei não serão considerados na previsão da receita de 2010, nas respectivas rubricas orçamentárias.

Art. 59. - O Município de Arapongas implantará/implementará o Refiscara – Refinanciamento Fiscal de Arapongas, visando ao refinanciamento dos tributos municipais, por meio de lei específica.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 60. - *Os valores das metas fiscais, anexas, devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam* admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio da proposta orçamentária de 2010 ao Legislativo Municipal.

Parágrafo único. Ficam automaticamente revistas as previsões dos resultados orçamentário, nominal e primário, em conformidade com os valores previstos e fixados na proposta de Lei Orçamentária/2010.

Art. 61. - *Para os efeitos do disposto no artigo 16 da Lei Complementar n. 101/2000:*
I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o artigo 38 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do artigo 182 da Constituição; e
II - entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Art. 62. - Para efeito do disposto no artigo 42 da Lei Complementar n. 101/2000:
I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere; e,
II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 63. Cabe à Secretaria Municipal de Finanças/Diretoria de Finanças a responsabilidade pela coordenação da elaboração orçamentária de que trata esta lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Finanças determinará sobre:
I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;
II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do orçamento anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Fundações, Fundos, do Instituto de Previdência Pensões e Aposentadoria do Servidor de Arapongas - IPPASA e Sociedades de Economia Mista; e
III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.

Art. 64. - Todas as receitas realizadas e despesas efetuadas pela Administração Direta, pela Fundação e pelos Fundos Municipais integrantes do orçamento fiscal, incluída as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no sistema informatizado, no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 65. - São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorrida sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 66. - A Secretaria Municipal de Finanças divulgará, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, especificando-o por atividades, projetos e operações especiais em cada unidade orçamentária contidos no orçamento fiscal e demais normas para a execução orçamentária.

Art. 67. - Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterem os valores da receita orçamentária, poderão ser utilizados mediante créditos suplementares e especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do § 8º do art. 166, da Constituição Federal.

Art. 68. – Em cumprimento ao disposto no artigo 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, fica

considerada como despesa de caráter irrelevante, aquela cujo montante seja de até R$ 30.000,00 (trinta mil reais) no ano.

Art. 69. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arapongas, 09 de julho de 2009.

JOSIAS BORGES GAMERO
Secretário Municipal de Finanças

LUIZ ROBERTO PUGLIESE
Prefeito

ANEXO I

Estrutura Orçamentária

Órgão	Unidade Orçamentária	Especificação
01		**CÂMARA MUNICIPAL**
	01.01	Câmara de Vereadores
02		**GABINETE DO PREFEITO**
	02.01	Direção Geral
	02.02	Fundo Munic.de Defesa Civil - FUNCAP
03		**PROCURADORIA JURÍDICA**
	03.01	Direção Geral
	03.02	Fundo Munic.Prot.Defesa ao Consumidor - FUMCON
04		**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO**
	04.01	Direção Geral
05		**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
	05.01	Direção Geral
06		**SECRETARIA MUNICIPAL ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO**
	06.01	Direção Geral
	06.02	Fundo Municipal de Transito
07		**SECRETARIA MUNICIPAL DO SERVIÇO SOCIAL E DA FAMÍLIA**
	07.01	Fundo Municipal de Assistência Social
	07.02	Fundo Municipal de Assistência Social
	07.03	*Fundo Municipal a Pessoas Portadoras de Deficiência*
	07.04	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e ao Adolescente
08	07.05	Fundo Municipal da Pessoa Idosa - FMPI
		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
	08.01	Fundo Municipal de Saúde
	08.02	Fundo Municipal de Saúde
09	08.03	*Fundo Municipal de Saúde*
		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
	09.01	*Manutenção do Setor de Merenda*
	09.02	Manutenção dos Serviços do Esporte
	09.03	Manutenção do F.U.N.D.E.B.
	09.04	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
10	09.05	Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil
		SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, LAZER E EVENTOS
	10.01	*Direção Geral*
11	10.02	Fundo Municipal da Cultura
		***SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA*, SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE**
	11.01	Direção Geral
	11.02	*Fundo Municipal do Meio Ambiente*

ANEXO I

Estrutura Orçamentária

Órgão	Unidade Orçamentária	Especificação
12		**SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**
	12.01	Direção Geral
13		**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO**
	13.01	Direção Geral
	13.02	Fundo Municipal de Habitação
14		**UNIDADE GESTORA**
	14.01	Fundação Educacional de Arapongas
	14.02	F.U.N.R.E.B.O.M.
	14.03	Fundo de Desenvolvimento de Arapongas
15		**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE ARAPONGAS-CODAR**
	15.01	Coordenação Geral
16		**INSTITUTO PREVIDÊNCIA, PENSÕES E APOSENTADORIA DO SERVIDOR MUNICIPAL - IPPASA**
	16.01	Direção Geral

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Estado do Paraná

ANEXO II

01) ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Das Metas Fiscais

DEMONSTRATIVO DA MEMÓRIA DE CALCULO DAS METAS FISCAIS DE RECEITA

CÓDIGO	FR.	ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO				PREVISTO	ARRECADADO		PREVISTO							
			%	2006	%	2007	2008		%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
1000.00.00.00.00		RECEITAS CORRENTES	1,202	79.659.118	1,197	89.374.442	101.777.100	105.049.865	1,175	136.943.000	1,283	132.718.400	0,969	143.650.500	1,084	154.407.350	1,075
1100.00.00.00.00		RECEITA TRIBUTARIA	1,104	62.215.276	1,080	14.793.631	16.354.500	16.357.600	1,152	20.987.000	1,245	20.003.000	0,953	21.073.000	1,054	22.216.059	1,054
1110.00.00.00.00		IMPOSTOS	1,133	9.795.815	1,102	10.242.435	11.503.000	11.387.329	1,170	15.051.000	1,308	12.977.000	0,926	14.651.000	1,045	15.406.050	1,052
1112.02.00.00.00		IMPOSTO S/PROPR PREDIAL E TERR	1,135	2.615.197	1,047	3.627.520	3.992.000	3.992.599	1,041	4.535.000	1,231	3.930.000	0,867	4.125.500	1,050	4.327.550	1,049
1112.02.01.00.00	1000	IPTU - do Exercício	1,135	2.615.197	1,047	3.082.420	3.585.000	3.143.746	1,038	4.485.000	1,217	3.900.000	0,870	4.100.000	1,051	4.300.000	1,049
1112.02.02.00.00	1000	IPTU - Do Primeiro Exercício Anterior						6.001		20.000	-	15.000	0,333	17.000	1,100	19.000	1,091
1112.02.03.00.00	1000	IPTU - Do Segundo Exercício Anterior								5.000	-	5.000	1,000	5.000	1,000	5.000	1,000
1112.02.04.00.00	1000	IPTU - Do Terceiro Exercício Anterior								5.000	-	8.000	1,600	8.000	1,000	8.000	1,000
1112.02.05.00.00	1000	IPTU - Do Primeiro Exercício Anterior								5.000	-	5.000	1,000	5.000	1,000	5.000	1,000
1112.02.06.00.00	1000	IPTU - Do Exercício Anterior						92		5.000	-	5.000	1,000	500	0,100	550	1,100
1112.04.31.01.01	1000	IRRF a favor Inst Federal-Orgão Legislativo				71.957	120.000			126.000	1,050	56.000	0,397	55.000	1,100	60.000	1,091
1112.04.31.01.02	1000	IRRF a favor Inst Federal-do Executivo						181.765		180.000	-	180.000	1,125	240.000	1,344	250.000	1,033
1112.04.31.03.01	1000	IRRF a/F Fonte Pagadora Civil-Legislativo				127.752	120.000	194.540	1,623	230.000	1,833	400.000	1,818	420.000	1,050	430.000	1,024
1112.04.31.03.02	1000	IRRF s/ Folha de Pagamento	0,980	811.541	1,289	867.414	1.150.000	878.872	1,016	1.100.000	0,957	1.000.000	0,909	1.010.000	1,010	1.030.000	1,020
1112.04.31.04.02	1000	IRRF Contratos de Terceirizados		59.116	4,138	112.446	150.000	79.402	0,697	160.000	1,067	170.000	1,063	90.000	0,529	96.000	1,067
1112.04.34.00.00	1000	Imposto Retido sobre Rend. do Trabalho	2,000	241	-	-	20.000	-	-	30.000	1,500	40.000	1,333	50.000	1,250	50.000	1,000
1112.08.00.00.00	1000	IMP.TRANSM.B.IM.OB.ACIDEIS.-I.T.BI.	1,000	1.325.968	1,158	1.667.501	1.635.000	2.343.969	1,411	2.500.000	1,000	2.507.000	0,964	2.858.000	1,000	2.858.000	1,075
1112.08.01.00.00	1000	ITBI - do Exercício						2.316.238		2.480.000	-	2.480.000	0,989	2.800.000		2.800.000	
1112.08.02.00.00	1000	ITBI - do Primeiro Exercício Ant						33.780		100.000	-	50.000	0,500	51.000		52.000	
1112.08.03.00.00	1000	ITBI - do Segundo Exercício Ant								5.000	-	2.000	0,400	2.000		2.000	
1112.08.04.00.00	1000	ITBI - do Terceiro Exercício Ant								5.000	-	2.000	0,400	2.000		1.000	
1112.08.05.00.00	1000	ITBI - do Quarto Exercício Ant								5.000	-	2.000	0,400	1.000		1.000	
1112.08.06.00.00	1000	ITBI - de Outros Exercícios Ant								5.000	-	1.000	0,200	500		500	
1113.00.00.00.00	1000	IMPOSTO S/PROD.E CIRC. - I.S.S.	1,164	3.706.816	1,078	4.368.476	4.633.000	5.171.745	1,164	6.130.000	1,321	5.700.000	0,931	6.001.000	1,053	6.306.000	1,051
1113.05.01.00.00	1000	ISS - do Exercício						5.043.308		5.817.000	-	5.500.000	0,946	5.800.000		6.100.000	
1113.05.02.00.00	1000	ISS - do Primeiro Exercício Anterior						127.607		300.000	-	180.000	0,600	190.000		195.000	
1113.05.03.00.00	1000	ISS - do Segundo Exercício Anterior								1.000	-	5.000	5,0	5.000		5.000	
1113.05.04.00.00	1000	ISS - do Terceiro Exercício Anterior						705		1.000	-	2.000	2,0	2.000		2.000	
1113.05.05.00.00	1000	ISS - do Quarto Exercício Anterior						60		500	-	2.000	4,0	2.000		2.000	
1113.05.06.00.00	1000	ISS - de Outros Exercícios Anteriores						45		500	-	2.000	4,0	2.000		2.000	
1120.00.00.00.00		TAXAS	1,046	3.090.375	1,332	3.489.332	4.015.500	3.939.661	1,116	5.536.000	1,158	5.622.000	1,064	6.004.000	1,068	6.266.000	1,060
1121.17.00.00.00	1610	Taxa de Fiscaliz Vig Sanitária	1,129	238.966	1,036	239.569	260.000	264.937	1,017	480.000	1,714	400.000	0,833	410.000	1,025	420.000	1,024
1121.25.00.00.00	1610	Taxa de Licença p/Exer Ativ Eventuais															
		Comercios, Ind e Prest. Serviços	11,74	886.943	1,082	960.106	900.000	942.402	1,16	1.100.000	5,500	1.200.000	1,091	1.300.000	1,083	1.400.000	1,077
1121.26.00.00.00	1610	Taxa de Publicidade Comercial		259	-	840	10.000	-	-	20.000	2,000	20.000	1,000	20.000	1,000	20.000	1,000
1121.27.00.00.00	1610	Taxa de Apreensão e Depósito		514	3,002	1.542	5.000	-	-	10.000	2,000	10.000	1,000	10.000	1,000	10.000	1,000
1121.28.00.00.00	1610	Taxa de Licença p/Exer Ativ	0,842	191.741	1,067	198.908	180.000	-	-	360.000	2,000	250.000	0,694	260.000	1,040	270.000	1,038
1121.31.00.00.00	1610	Taxa de Utiliz Area Dom Publico		8.020	0,460	10.985	20.000	28.664	2,764	30.000	1,500	35.000	1,167	36.000	1,029	37.000	1,028
1121.35.00.00.00	1610	Taxa de Alinhamento e Nivelamento					10.000	-	-	15.000	1,500	15.000	1,000	15.000	1,000	15.000	1,000
1121.36.00.00.00	1610	Taxa Aprovação, Reg e Loteamento					10.000	-	-	15.000	1,500	15.000	1,000	15.000	1,000	15.000	1,000
1121.39.01.00.00		Taxa Verif Estab Privado Com. Ind					1.750.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		e Prestação de Serviços															
1122.10.00.00.00	1611	Emolumentos e Custas Judiciais - 20% Municip					500	514.035	-	342.300	-	400.000	1,168	400.000	1,000	410.000	1,025
1122.21.00.00.00	1611	Taxa de Serviços Diversos					1.000	-	-	1.000	1,000	1.000	1,000	1.000	1,000	1.000	1,000
1122.26.00.00.00	1611	Taxa da Cia Fênix	0,793	106.946	0,880	92.764	100.000	111.516	1,116	180.000	1,067	120.000	0,750	130.000	1,083	140.000	1,077
1122.99.01.00.00	1611	Taxa de Coleta de Lixo	1,118	1.082.191	1,014	1.097.467	1.400.000	1.160.515	1,066	1.400.000	1,000	1.600.000	1,143	1.700.000	1,063	1.800.000	1,059
1122.99.02.00.00	1611	Taxa Conserv. Vias e Logradouros	1,175	949.510	0,986	725.207	900.000	747.894	1,017	1.000.000	1,111	1.200.000	1,200	1.300.000	1,083	1.400.000	1,077
1122.99.03.00.00	1611	Taxa Exer. Arruam e Urbanização		2.447	-	972	10.000	4.869	5,004	10.000	1,000	8.000	0,800	7.000	1,167	8.000	1,143
	1000	Taxa Vistoria Contra Incendio															
1122.99.04.00.00	1620	Taxa de Combate a Incendio	1,039	231.480	1,185	259.304	260.000	375.420	1,062	370.000	1,375	380.000	1,027	400.000		420.000	
1130.00.00.00.00		CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1,032	452.485	0,994	461.474	740.000	476.389	1,032	600.000	0,811	404.000	0,673	423.000	1,047	444.000	1,050
1130.04.01.00.00	1000	CM Paviment e Obras Compl Do Exercício	1,032	452.485	0,994	461.474	700.000	472.978	1,027	600.000	0,857	380.000	0,633	399.000	1,050	420.000	1,053
1130.04.02.00.00	1000	CM Pavimento e Obras Compl Do Prim Exercício					20.000	2.365	-		-	10.000		10.000		10.000	
1130.04.03.00.00	1000	CM Pavimento e Obras Compl Do Segundo Exercício					5.000	-	-		-	5.000		5.000		5.000	
1130.04.04.00.00	1000	CM Pavimento e Obras Compl Do Terceiro Exercício					5.000	-	-		-	3.000		3.000		3.000	
1130.04.05.00.00	1000	CM Pavimento e Obras Compl Do Quarto Exercício					5.000	-	-		-	3.000		3.000		3.000	
1130.04.01.00.00	1000	CM Pavimento e Obras Compl Do Exercício					5.000	-	-		-	3.000		3.000		3.000	
1200.00.00.00.00		CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,280	2.985.691	6,374	3.161.461	3.110.000	3.415.569	1,098	4.250.000	1,367	4.300.000	1,012	4.600.000	1,070	4.720.000	1,026
1220.20.00.01.00	1050	COSIP Contr Fat Cons de Energia	0,280	2.813.187	5,005	3.161.406	2.810.000	3.118.197	0,996	4.000.000	1,423	3.800.000	0,950	4.200.000	1,105	4.300.000	1,024
1220.29.00.02.00	1050	COSIP Cobrança no Carne IPTU		172.503	-	44	300.000	297.372	-	250.000	0,833	500.000	2,000	400.000	0,800	420.000	1,050
1300.00.00.00.00		RECEITA PATRIMONIAL	2,347	955.171	0,910	439.029	1.609.000	882.837	1,805	1.530.500	1,206	1.747.850	0,901	2.314.500	1,324	2.278.500	0,984
1311.00.01.00.00	1000	Aluguel da Estação Rodoviária		17.898	-	22.800	40.000	-	-	45.000	1,125	50.000	1,111	55.000	1,100	60.000	1,091
1311.00.02.00.00	1050	Aluguel Mercado Municipal	1,079	2.105	0,540	256	20.000	-	-	30.000	1,500	35.000	1,167	40.000	1,143	40.000	1,000
1311.99.01.00.00	1000	Aluguel - Centro Cultural															
1322.00.00.00.00	1000	Dividendos					60.000	-	-	80.000	0,750	50.000	1,000	60.000	1,000	60.000	1,000
1322.00.00.00.00	1070	Dividendos - FAC						27	-		-						
1325.01.03.02.00	31495	Remanescs Atenção Básica	1,787	28.745	0,671	9.162	40.000	12.771	1,396	50.000	1,250	40.000	0,800	45.000	1,125	50.000	1,111
1325.01.03.03.01	1303	Rend.Aplics Serv.Pub Saúde 15%				22.527	55.000	43.284	1,921	80.000	1,280	60.000	1,000	65.000	1,083	70.000	1,077
1325.01.03.05.02	31327	Rend. Termo de Convênio 274/2007						879	-		-						
1325.01.10.01.00	31771	Rend.Programa FMAS 100/07				627			-		-						
1325.01.10.03.00	31764	Programa CPBF Bolsa Família				19		7	0,364		-						
1325.01.99.01.00	31774	Rend FIA Estadual 2008				1.435	1.000	165	0,115	2.000	2,000	2.100	1,050	2.200	1,048	2.200	1,000
1325.01.99.02.00	31778	Rend.Convênio Cabeçalar nº 2008				2.068		5.851	2,830	10.000	-	1.000	0,067	1.000		-	
1325.01.99.16.00	31780	Rend.FMAS PPDE APAE				800		1.579	2,631	1.000	-	-	-	-	-	-	0,000
1325.01.99.08.00	31765	Rend.Programa Casa Abrigo				408		2.329	5,701	1.000	-	3.000	3,000	1.000	0,333	1.000	1,000
1325.01.99.07.00	31790	Rend.FNAS APAE 2008						720	-	1.000	-	1.050	1,050	1.100	1,048	1.100	1,000
1325.01.99.08.00	31779	Rend.Convênio INCRA						1.364	-		-						
1325.01.99.09.00	31782	Rend.Conv.FIA 2007						3.929	-		-						
1325.01.99.10.00	31777	Rend.Contrato de Repasse						19.146	-		-	1.000					
1325.01.99.11.00	31773	Rend.Contrato de Repasse						313	-		-						
1325.01.99.12.00	31781	Rend.Programa PROMO						9.704	-		-						
1325.01.99.14.00	31795	Rend.Conv.PP Cidadan Fam 2008						600	-		-	500		600		600	
1325.01.99.15.00	31787	Rend.Conv.PPL Cidadã FIA 2008						2.640	-		-	500		600		550	
1325.01.99.16.00	31789	Rend.Conv.APAE						-	-		-						
1325.01.99.17.00	31788	Rend.Conv.APAE Casa Lar						1.186	-		-						
1325.01.99.19.00	31792	Rend.Progr.Serv.Proj Soc. Adolesc						89	-		-						
1325.01.99.20.00	31793	Rend.Conv Compra Direta						3.250	-		-	500	-	500		500	
1325.03.02.03.01	31316	Rendimentos Bem Comum	0,670	346	0,615	106			-		-						
1325.03.05.03.02	31497	Rendimentos Dengue	1,193	881	0,282	1.742	3.000	1.314	0,752	5.000	1,667	6.000	1,200	10.000	1,667	10.000	1,000
1325.03.03.03.03	31498	Rendimentos DST/AIDS	1,696	5.932	0,736	2.836	6.000	26.412	-	8.000	1,000	1.000	0,167	-	-	-	-
1325.03.03.03.04	31331	Rendimentos SUS	1,691	4.591	0,263	1.221	15.000	3.033	2,293	20.000	1,333	25.000	1,250	30.000	1,200	30.000	1,000

1326.03.03.07.01	31822	Rendimentos SAMU Estadual		1.883	0,374	3.886	3.000	3.208	0,804	10.000	3.333	12.000	1,200	15.000	1,250	15.000	1,000
1326.03.03.08.01	31496	Rendimentos CEO e SAMU Federal		2.351	1,067	5.023	5.000	669	3,084	6.000	1,200	7.000	1,167	8.000	1,143	8.000	1,000
1326.03.03.08.07	31324	Rendimentos Termo 52.05 SERVIÇOS		195	-	772	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.03.08.08	31323	Rend SAMU FEDERAL		-	-	-	-	53	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.03.10.00	1000	Rendimentos Vig Sanitária		7.180	-	3.960	10.000	1.766	0,444	20.000	2.000	30.000	1,500	35.000	1,167	35.000	1,000
1326.03.03.08.11	31499	Rendimentos SAMU Federal		2.353	-	2.000	5.000	780	0,371	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.03.08.12	31326	Rendimentos Fundo Estadual de Saúde		-	-	2.139	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.03.08.16	31497	Rend Vigilância Sanitária		-	-	-	-	557	-	-	-	1.000	-	-	-	-	-
1326.03.03.14.00	31376	Rend PSF Incentivo Estadual		-	-	1.811	15.000	6.536	1,198	22.000	1,467	24.000	1,091	36.000	1,083	36.000	1,000
1326.03.06.02.01	31110	Rend PNAE	5,788	4.316	0,924	3.287	6.000	2.194	0,668	7.000	1,167	10.000	1,429	12.000	1,200	12.000	1,000
1326.03.06.02.02	31112	Rend PNAC	1,184	910	0,241	698	2.000	1.306	2,403	5.000	2,500	-	-	-	-	-	-
1324.01.06.02.03	31113	Quadra Alegria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1324.01.99.11.00	31119	Quadra Joerb Unid	0,041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.06.02.03	1107	Salario Educação	1,586	60.736	0,863	5.174	90.000	20.016	2,182	45.000	0,500	50.000	1,111	55.000	1,100	55.000	1,000
1326.03.06.02.04	31117	Transporte Escolar PNATE	2,164	844	0,193	456	1.000	785	1,679	5.000	5,000	6.000	1,000	6.000	1,000	6.000	1,000
1326.03.06.02.06	31120	Rend Transporte Escolar Estadual		-	-	-	2.000	-	-	2.000	1,000	-	-	-	-	-	-
1326.03.06.02.06	31121	Programa PEJA		463	1,017	-	5.000	-	-	6.000	1,200	-	-	-	-	-	-
1326.03.06.02.07	31127	Transporte Escolar Estadual	2,074	351	0,196	183	1.000	6.944	-	3.000	3,000	3.000	1,000	4.000	1,333	4.000	1,000
1324.01.06.02.08	31128	Jogos Escolares		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.06.02.09	31130	Rend Programa PDDE		-	-	-	-	47	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.06.02.08	31125	C E Infantil Jardim		-	-	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.06.02.09	31126	C E Infantil Jardim		-	-	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.06.03.01	1103	Rend Educação Infantil 10%		8.787	0,245	9471	20.000	16.886	1,783	30.000	1,500	40.000	1,333	45.000	1,125	45.000	1,000
1326.03.06.03.02	1104	Rend Ensino Fundamental 25%	1,865	10.270	0,535	19.352	50.000	13.316	1,286	60.000	1,200	80.000	1,000	20.000	0,333	20.000	1,000
1326.03.06.03.01	1101	Rend FUNDEB 60%		41.562	0,878	36.795	80.000	125.439	3,410	90.000	1,125	100.000	1,111	150.000	1,500	110.000	0,733
1326.03.06.03.02	1102	Rend FUNDEB 40%	0,667	5.034	20,16	2.294	20.000	3.582	1,549	25.000	1,250	30.000	1,200	35.000	1,167	35.000	1,000
1326.03.06.00.00	1030	Rend Royalts e Outras Compensações		8.798	0,987	542	10.000	1.167	2,135	10.000	1,000	10.000	1,000	15.000	1,500	15.000	1,000
1326.03.06.00.00	1060	Rend CIDE		1.342	0,272	921	10.000	930	0,402	12.000	1,200	25.000	2,083	30.000	1,200	30.000	1,000
1326.03.99.01.00	1000	Rend Investimentos Rendas Próp	2,026	556.625	0,700	227.351	800.000	443.201	1,950	1.000.000	1,250	900.000	0,900	1.300.000	1,625	1.300.000	1,000
1326.03.99.02.00	1501	Rend Alienação de Bens		29.074	4,546	6.396	60.000	8.600	0,935	50.000	1,000	50.000	1,000	50.000	1,000	50.000	1,000
1326.03.99.00.00	1050	Rend Iluminação Pública		81.377	3,229	47.048	50.000	55.314	1,176	70.000	1,167	70.000	1,000	70.000	1,000	70.000	1,000
1326.03.99.04.00	31756	Rend Convênio FIA		884	0,277	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1324.01.99.06.00	31705	Rend Centro Gerador de Rabos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.99.05.00	1015	Rend Fundo Munic Trânsito		476	0,616	261	3.000	279	1,071	3.000	1,000	3.000	1,000	3.000	1,000	3.000	1,000
1326.03.99.06.00	1029	Rend FUNREIOM		21.180	-	15.834	50.000	16.925	1,605	30.000	0,600	10.000	0,333	10.000	1,000	10.000	1,000
1326.03.99.07.00	1009	Rend FUNREIOM		19.112	0,403	3.111	50.000	3.231	1,071	70.000	1,167	40.000	0,571	20.000	0,500	10.000	0,500
1326.03.99.08.00	1080	Rend Fundo Munic Criança Adolesc		120	-	1.686	3.000	3.510	2,278	10.000	3,333	15.000	1,500	20.000	1,333	20.000	1,000
1326.03.99.09.00	1078	Rend Fundo Munic PROCON		312	-	519	2.000	661	1,062	5.000	2,500	10.000	2,000	11.000	1,100	11.000	1,000
1326.03.99.10.00	1081	Rend Fundo Munic Port Deficiente		182	-	212	1.000	253	1,193	5.000	5,000	10.000	2,000	11.000	1,100	11.000	1,000
1326.03.99.11.00	1082	Rend Fundo Munic Meio Ambiente		6.403	96,66	4.745	20.000	2.631	0,630	30.000	1,500	35.000	1,167	40.000	1,143	40.000	1,000
1326.03.99.12.00	31695	Rend PNAT		9.477	1,384	2.595	1.000	100	0,039	5.000	5,000	-	-	-	-	-	-
1326.03.99.14.00	31771	Rend CPSF Bolsa Família		-	-	-	1.000	4.706	-	2.500	2,500	3.000	1,200	3.500	1,167	3.500	1,000
1326.03.99.15.00	1000	Rend Incentivo SUAS	-	-	-	-	5.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.99.15.00	1080	Rend FIA Fundo Munic Criança		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.99.17.00	31768	Rend CEF Pavimentação		-	-	13.240	-	244	0,018	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.99.18.00	31769	Rend CEF Pavimentação		-	-	1.257	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.99.19.00	31782	Rend Centro Pub Aberto		12.399	5,732	5.165	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.99.20.00	31772	Rend Fis Estadual 2005		158	-	849	-	12	0,073	-	-	-	-	-	-	-	-
1326.03.99.21.00	31778	Convênio Compar		-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	-	-	-	-	-
1324.01.99.14.00	31761	Rend Portaria		9.287	1,315	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1324.01.99.07.00	31726	Rend Inte Esn Sus		2.163	1,885	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1324.01.99.12.00	31709	Rend Sesa Especial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1500.00.00.00.00		**RECEITA INDUSTRIAL**	**0,046**	-	-	-	**30.000**	-	-	**15.000**	**1,500**	**15.000**	**1,000**	**20.000**	**1,333**	**20.000**	**1,000**
1520.28.50.00.00	1000	Receita Juros de Trabalhos Liq	0,046	-	-	-	30.000	-	-	15.000	1,500	15.000	1,000	20.000	1,333	20.000	1,000
1600.00.00.00.00		***RECEITA DE SERVIÇOS***	***6,891***	***296.565***	***0,866***	***352.264***	***645.000***	***194.959***	***0,497***	***752.500***	***1,286***	***667.000***	***0,862***	***842.500***	***1,263***	***853.500***	***1,013***
1600.03.26.00.00	1300	Receita Terminais Rodoviários	1,479	401	0,309	4.164	30.000	27.674	6,711	35.000	1,167	36.000	1,000	36.000	1,000	37.000	1,028
1600.13.01.00.00	1000	Inscrição em Concursos Públicos	-	-	-	-	-	28.980	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1600.13.02.00.00	1000	Serviços Venda de Fotos	0,035	747	0,444	29	10.000	-	-	15.000	1,500	15.000	1,000	20.000	1,333	20.000	1,000
1600.13.95.01.00	1000	Ser. Máquinas Carimbos e Chaves	2,481	5.432	0,614	10.910	22.000	-	-	30.000	1,500	30.000	1,000	35.000	1,167	35.000	1,000
1600.19.00.00.00	1000	Serv Recreativos e Culturais		-	-	-	-	11.121	-	9.000	-	9.000	1,125	20.000	2,222	10.000	0,500
1600.99.01.00.00	1000	Serv Expedição de Certos	1,079	12.586	0,849	28.916	70.000	-	-	90.000	1,286	100.000	1,111	110.000	1,100	110.000	1,000
1600.99.02.01.00	1000	Serv Autenticação Banco Brasil	1,347	360.391	6,982	257.464	400.000	-	-	450.000	1,125	300.000	0,667	315.000	1,050	320.000	1,016
1600.99.02.02.00	1000	Serv Autenticação Bancária		-	-	4.407	3.000	-	-	8.000	2,000	7.000	1,167	8.000	1,143	8.000	1,000
1600.99.02.03.00	1000	Serv Autenticação Bancária Tx de Cobrança		-	-	14.008	10.000	-	-	35.000	3,167	40.000	1,143	45.000	1,125	45.000	1,000
1600.99.02.04.00	1000	Serv Autenticação Bancária		-	-	17.782	15.000	-	-	30.000	2,000	35.000	1,167	40.000	1,143	40.000	1,000
1600.99.02.05.00	1000	Serv Autenticação Bancária Taxas Judiciais		-	-	13.078	15.000	-	-	18.000	1,800	20.000	1,111	21.000	1,050	21.000	1,000
1600.99.02.06.00	1000	Serv Autenticação Bancária Vig Sanitária		-	-	-	2.000	-	-	3.000	1,500	3.000	1,000	4.000	1,333	4.000	1,000
1600.99.02.07.00	1000	Serv Autenticação Bancária Cemitério		-	-	-	2.000	-	-	2.500	1,250	3.000	1,200	3.500	1,167	3.500	1,000
1600.99.03.00.00	1000	Serv Publicações Diversas	1,225	9.311	1,063	12.555	30.000	-	-	30.000	1,000	35.000	1,167	40.000	1,143	40.000	1,000
1600.99.04.00.00	1000	Serv Aprovação de Projetos	0,378	6.892	1,045	18.052	30.000	129.084	7,181	30.000	1,000	35.000	1,167	150.000	4,286	160.000	1,067
1700.00.00.00.00		**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**	**1,219**	**66.693.887**	**1,135**	**68.601.042**	**79.763.000**	**81.597.092**	**1,189**	**100.800.000**	**1,264**	**98.304.000**	**0,981**	**104.273.500**	**1,076**	**112.744.000**	**1,081**
1721.01.02.00.00	1002	FPM	1,202	17.052.822	1,164	20.213.480	21.500.000	23.324.146	1,154	30.000.000	1,395	26.000.000	0,867	27.500.000	1,058	31.000.000	1,127
1721.01.05.00.00	1002	Cota-Parte Imp. Proprieg Terri Urbana	3,641	77.669	1,104	86.475	90.000	61.814	0,858	130.000	2,600	150.000	1,154	130.000	0,800	130.000	1,000
1721.01.99.00.00	1000	Cota-Parte FPM Vlr Dpo Dez Em 05		-	-	217.295	-	1.090.467	4,743	300.000	-	1.200.000	4,000	1.400.000	1,167	1.600.000	1,143
1721.22.50.00.00	1000	Cota-Parte Royalties Lei n. 9.478/97		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1721.22.70.00.00	1080	Cota-Parte Fundo Especial FEP	1,536	192.708	1,382	186.671	250.000	326.825	1,739	330.000	1,320	400.000	1,212	450.000	1,125	500.000	1,111
1721.35.16.01.01	31495	PAB Fixo - Atenção Básica	1,250	1.348.756	1,073	1.395.749	1.800.000	1.842.675	1,118	1.800.000	1,125	2.200.000	1,222	2.600.000	1,136	2.800.000	1,120
1721.35.16.02.01	31495	PAB Variável - Saúde da Família - SF	0,958	1.854.603	0,889	1.741.500	2.000.000	2.154.888	1,237	2.700.000	1,227	2.900.000	0,926	3.330.000	1,332	3.700.000	1,111
1721.35.16.02.02	31495	PAB Variável - Agentes Comunitários - ACS	1,038	833.750	1,260	925.088	1.000.000	1.279.650	1,383	1.500.000	1,800	1.400.000	0,933	1.600.000	1,143	1.800.000	1,125
1721.35.16.02.03	31495	PAB Variável - Programa Incentivo Saúde	1,292	362.000	1,244	390.750	450.000	468.650	1,133	660.000	1,311	600.000	1,017	780.000	1,250	890.000	1,132
1721.35.20.01.01	31496	Centros Esp Odont. CEO		96.600	2,429	230.000	130.000	108.300	0,474	150.000	1,154	150.000	1,000	160.000	1,067	170.000	1,063
1721.35.20.01.02	31496	Serv Atenc Móvel Urg SAMU 192 MAC		150.000	-	25.000	180.000	125.000	5,000	200.000	1,111	150.000	0,750	170.000	1,133	180.000	1,059
1721.35.30.01.01	31497	Teto Financ (EX-TFECD) Dengue	1,199	184.982	0,734	298.641	250.000	269.077	1,026	370.000	1,480	340.000	0,919	390.000	1,147	440.000	1,128
1721.35.30.02.01	31497	M A Com Ulp Sant MAC VISA	5,467	44.516	1,418	34.477	70.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1721.35.35.02.02	31497	Ações Básicas Vig Sanitária VISA	0,390	20.106	0,808	-	50.000	-	-	60.000	1,200	75.000	1,250	85.000	1,133	95.000	1,118
1721.35.50.01.01	31499	Gestão do SUS	-	-	-	-	200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1721.34.03.00.00	31767	Programa PNAS/FMID APAE	1,273	91.952	0,786	96.747	100.000	91.952	0,946	100.000	1,000	110.000	1,100	120.000	1,091	120.000	1,000
1721.34.99.01.00	31765	Programa Abrigo	1,284	18.609	0,663	22.750	20.000	20.960	0,919	40.000	1,333	45.000	1,125	48.000	1,067	48.000	1,000
1721.34.99.02.00	31766	Programa PNAS Apoio Criança	1,277	714.304	0,785	134.989	150.000	103.922	0,769	148.000	0,987	170.000	1,149	170.000	1,000	170.000	1,000
1721.34.99.03.00	31770	Programa Benfeniq		34.160	2,759	37.200	50.000	37.300	1,000	40.000	0,800	70.000	1,750	80.000	1,143	80.000	1,000
1721.34.99.04.00	31771	Programa PNAS IGDBF		20.399	-	39.067	80.000	50.913	0,959	100.000	1,000	67.500	0,675	66.500	0,993	66.500	1,000
1721.34.99.10.00	31775	FUAS PPDE APAE			-	17.360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1721.34.99.11.00	31780	Programa PNAS APAE 2006			-	15.666	-	-	-	110.000	-	120.000	1,091	130.000	1,083	130.000	1,000
1721.34.99.12.00	31789	Convênio PNAS - APADE			-	-	-	40.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1721.34.99.14.00	31742	Progr Setv Prot Social Adulto e Idoso		-	-	-	-	12.204	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1721.34.99.15.00	31793	Progr Dr Agric Familiar			-	-	-	171.102	-	-	-	150.000	-	210.000	-	228.999	-
1721.35.01.00.00	1507	Salario Educação	1,594	886.587	0,929	955.599	1.200.000	1.192.596	1,247	1.400.000	1,171	1.550.000	1,107	1.848.000	1,061	1.748.000	1,061
1721.35.03.00.00	31110	PNAE	1,250	566.865	1,215	616.572	670.000	615.832	0,990	743.000	0,874	540.000	0,727	698.000	1,107	658.000	1,100
1721.35.99.01.00	31125	PEJA		-	-	-	50.000	-	-	60.000	1,600	-	-	-	-	-	-
1721.35.99.02.00	31113	PNAC	0,973	64.546	0,918	66.528	120.000	63.096	0,948	145.000	1,208	-	-	-	-	-	-
1721.35.99.04.00	31130	Programa PDDE			-	-	-	2.307	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1721.35.00.00.00	1600	Desoneração L.C. 87/96	1,154	479.782	0,639	458.171	800.000	485.027	0,929	900.000	1,000	630.000	0,589	630.000	1,000	535.000	1,009
1721.99.03.00.00	1602	Auxilio Financ Fomento a Exportação FEX	1,805	529.535	1,993	423.694	800.000	511.595	1,207	600.000	1,000	700.000	0,875	720.000	1,029	730.000	1,014
1721.99.99.01.00	1000	Depto Nacional Produção Mineral DPM	-	-	-	13.398	50.000	6.591	0,492	50.000	1,000	30.000	0,600	40.000	1,333	60.000	1,500
1721.99.99.04.00	31791	Convênio C.E.F		-	-	-	-	49.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1722.01.01.00.00	1500	ICMS	1,236	22.944.756	1,187	24.180.899	27.000.000	28.199.579	1,085	30.000.000	1,111	29.000.000	0,967	31.000.000	1,069	33.000.000	1,065
1722.01.02.00.00	1000	IPVA	1,188	3.670.171	1,225	4.502.944	7.000.000	6.031.785	1,230	9.400.000	1,200	7.200.000	0,833	7.600.000	1,071	7.700.000	1,027
1722.01.04.00.00	1000	IPI sobre Exportação	1,294	711.245	1,284	770.759	1.000.000	936.507	1,085	1.200.000	1,200	1.000.000	0,833	1.050.000	1,050	1.100.000	1,048
1722.01.13.00.00	1080	CIDE	1,522	258.782	0,954	269.223	300.000	215.641	0,919	300.000	1,000	350.000	1,167	370.000	1,057	380.000	1,027
1722.22.50.00.00	1000	Cota-Parte Royalties Lei n. 7.990/89	0,719	15.849	0,473	11.184	30.000	10.023	0,896	30.000	1,000	40.000	1,333	40.000	1,000	45.000	1,125
1722.33.02.00.00	31322	Samu - Estadual		86.670	2,201	98.730	100.000	81.350	1,182	100.000	1,000	95.000	0,950	105.000	1,105	115.500	1,100
1722.33.03.00.00	31328	Incentivo Estadual PSF	2,600	80.000	0,500	110.000	100.000	170.000	1,545	120.000	1,200	190.000	1,583	210.000	1,105	230.000	1,095
1724.01.01.00.00	1101	FUNDEB - 60%	1,185	6.525.976	1,098	8.006.771	9.000.000	12.852.338	1,605	13.210.000	1,468	16.460.000	1,246	15.288.000	0,929	16.086.000	1,052
1724.01.02.00.00	1102	FUNDEB - 40%	-	-	-	57.476	1.640.000	-	-	2.670.000	1,631	3.555.000	1,331	3.592.000	1,010	3.795.000	1,056
1750.00.99.01.01	1080	Incentivo Fisco - MHF Dpt Des Artes	0,472	-	-	74.153	80.000	77.223	1,041	10.000	1,667	120.000	1,200	140.000	1,167	140.000	1,000
1750.00.99.00.00	1000	Transf Incentivos Fiscais a Cultura	0,311	20.983	0,849	10.196	80.000	-	-	6.000	1,200	70.000	1,167	80.000	1,143	80.000	1,000
1750.00.99.03.00	1000	Fundo Munic Dir Pessoa Idosa		360	-	-	10.000	-	-	500	0,700	10.000	1,429	11.000	1,100	11.000	1,000
1761.01.01.01.00	31511	Programa SUS	0,792	644.108	1,731	426.463	800.000	864.282	1,417	900.000	1,125	990.000	0,978	1.000.000	1,134	1.120.000	1,120
1761.01.01.03.00	31318	Programa SEM DENGUE		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1761.01.01.04.00	31497	Programa DST/AIDS	0,632	75.000	1,500	75.000	100.000	50.000	0,667	100.000	1,000	100.000	1,000	110.000	1,100	120.000	1,091
1761.01.01.04.00	31334	Convênio Termo Cop Tec Cent Aids		18.577	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1761.01.99.04.00	31326	Fundo Estadual de Saúde		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1761.04.01.00.00	31754	Programa CPSF Bolsa Família		7.543	2,012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

PUBLICAÇÃO LEGAL

1761.02.01.00.00	31117	Programa Nac.Transporte Escolar	0,742	21.314	0,833	27.567	40.000	31.890	1,167	80.000	2,900	95.000	1,188	104.000	1,095	114.000	1,096
1762.02.10.00.00	31127	Transporte Escolar/Estado	2,047	119.418	0,907	66.736	150.000	409.169	0,131	497.000	3,313	557.000	1,121	581.000	1,061	616.000	1,042
1762.99.02.00.00	31759	Termo FIA	-	35.665	0,990	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1762.99.01.00.00	31774	Convênio FIA Estadual 2006		-	-	-	45.000	13.950	-	100.000	2,941	145.000	1,450	150.000	1,034	156.000	1,040
1762.02.10.01.00	31126	Jogos Escolares		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1762.99.01.00.00	31772	FIA		-	-	-	-	9.730	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1762.99.02.00.00	31762	BPC		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1762.99.03.00.00	31782	FIA 2007		-	-	-	-	78.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1762.99.04.00.00	31786	Convenio PP Cuidar Fam FIA 2008		-	-	-	-	14.466	-	50.000	-	50.000	1,000	55.000	1,100	60.000	1,090
1762.99.05.00.00	31787	Convenio PPL Cidade Fia 2008		-	-	-	-	65.545	-	100.000	-	100.000	1,000	100.000	1,000	100.000	1,000
1900.00.00.00.00		*OUTRAS RECEITAS CORRENTES*	**1,639**	**2.890.527**	**0,506**	**2.537.027**	**4.778.000**	**2.611.517**	**1,029**	**8.149.000**	**1,706**	**9.081.750**	**1,114**	**10.722.050**	**1,181**	**11.575.300**	**1,080**
1910.00.00.00.00		*MULTAS E JUROS DOS TRIBUTOS*	**1,339**	**940.579**	**0,697**	**792.784**	**1.615.500**	**533.248**	**0,673**	**2.231.000**	**1,381**	**2.867.250**	**1,285**	**4.296.250**	**1,498**	**5.029.400**	**1,171**
1911.38.00.00.00	**1510**	**MULTAS E JUROS DA TAXA DE V.SANIT..**		-	-	**1.561**	**10.000**	**1.928**	**1,235**	**15.000**	**1,500**	**10.000**	**0,667**	**10.000**	**1,000**	**10.000**	**1,000**
1911.38.00.00.00	**1000**	**MULTAS E JUROS DO IPTU**	**1,119**	**17.905**	**0,909**	**16.063**	**33.600**	**16.454**	**0,911**	**36.500**	**1,980**	**32.000**	**0,901**	**33.000**	**1,031**	**33.000**	**1,000**
1911.38.01.00.00	1000	M e J. Mora IPTU - do Exercício		-	-	-	30.000	14.291	-	28.500	0,950	-	-	-	-	-	-
1911.38.02.00.00	1000	M e J. Mora IPTU-do Prim.Exerc Anter		-	-	-	1.000	1.163	-	8.000	8,000	-	-	-	-	-	-
1911.38.03.00.00	1000	M e J. Mora IPTU-do Seg.Exerc Anter		-	-	-	1.000	-	-	500	0,500	-	-	-	-	-	-
1911.38.04.00.00	1000	M e J. Mora IPTU-do Terc.Exerc Anter		-	-	-	-	-	-	500	-	-	-	-	-	-	-
1911.38.05.00.00	1000	M e J. Mora IPTU-do Quarto Exerc Anter		-	-	-	1.000	-	-	500	0,500	-	-	-	-	-	-
1911.38.06.00.00	1000	M e J. Mora IPTU-de Outros Exerc Anter		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-
1911.39.00.00.00	**1000**	**MULTAS E JUROS DO ITBI**		-	-	-	4.000	74	-	4.000	1,000	4.500	1,125	5.000	1,111	5.000	1,000
1911.39.01.00.00	1000	Multas e Juros ITBI - do Exercício		-	-	-	1.000	-	-	1.500	1,500	-	-	-	-	-	-
1911.39.02.00.00	1000	Multas e Juros ITBI - do Exercício		-	-	-	1.000	-	-	500	0,500	-	-	-	-	-	-
1911.39.03.00.00	1000	Multas e Juros ITBI - do Exercício		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-
1911.39.04.00.00	1000	Multas e Juros ITBI - do Exercício		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-
1911.39.05.00.00	1000	Multas e Juros ITBI - do Exercício		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-
1911.39.06.00.00	1000	Multas e Juros ITBI - do Exercício		-	-	-	500	74	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-
1911.40.00.00.00	**1000**	**MULTAS E JUROS DO ISS**	**0,412**	**1.392**	**0,113**	**783**	**7.500**	**42.196**	**53,92**	**42.000**	**5,600**	**50.000**	**1,190**	**51.000**	**1,020**	**51.000**	**1,000**
1911.40.01.00.00	1000	Multas e Juros de Mora ISS - Do Exerc.		-	-	-	5.000	34.295	-	35.000	6,806	-	-	-	-	-	-
1911.40.02.00.00	1000	Multas e Juros de Mora ISS - Do Exerc.		-	-	-	500	7.466	-	10.000	-	-	-	-	-	-	-
1911.40.03.00.00	1000	Multas e Juros de Mora ISS - Do Exerc.		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-
1911.40.04.00.00	1000	Multas e Juros de Mora ISS - Do Exerc.		-	-	-	500	331	-	800	1,600	-	-	-	-	-	-
1911.40.05.00.00	1000	Multas e Juros de Mora ISS - Do Exerc.		-	-	-	500	35	-	900	1,800	-	-	-	-	-	-
1911.40.06.00.00	1000	Multas e Juros de Mora ISS - Do Exerc.		-	-	-	500	51	-	900	1,800	-	-	-	-	-	-
1911.98.00.00.00	**1000**	***Multas e Juros Contrib.Melhoria-do Exercício***	**1,526**	**4.832**	**0,691**	**4.073**	**12.500**	**4.016**	**0,986**	**15.000**	**0,800**	**15.000**	**1,000**	**16.000**	**1,067**	**16.000**	**1,000**
1911.98.01.00.00	1000	Multas e Juros de Mora Contr.Melh.Exerc.		-	-	-	10.000	3.726	-	7.000	0,700	-	-	-	-	-	-
1911.98.02.00.00	1000	Multas e Juros de Mora Contr.Melh.Exerc.		-	-	-	500	291	-	1.000	2,000	-	-	-	-	-	-
1911.98.03.00.00	1000	Multas e Juros de Mora Contr.Melh.Exerc.		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-
1911.98.04.00.00	1000	Multas e Juros de Mora Contr.Melh.Exerc.		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-
1911.98.05.00.00	1000	Multas e Juros de Mora Contr.Melh.Exerc.		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-
1911.98.06.00.00	1000	Multas e Juros de Mora Contr.Melh.Exerc.		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-
1911.99.00.00.00	**1000**	***MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS***					1.000	32.247	-	21.500	-	64.000	2,977	66.500	1,039	68.500	1,030
1911.99.05.00.00	1510	Multas e Juros de Mora de Taxas					-	30.781	-	20.000	-	62.000	3,100	64.000	1,032	66.000	1,031
1911.99.07.00.00	1050	Juros de Mora da COSIP					1.000	1.467	-	1.500	1,500	2.000	1,333	2.500	1,250	2.500	1,000
1911.00.00.00.00	**1000**	***MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS***	**1,011**	**29.266**	**0,896**	**26.267**	**40.000**	**-**	**-**	**73.000**	**1,825**	**68.000**	**0,904**	**69.500**	**1,063**	**69.500**	**1,000**
1911.99.99.01.00	1000	Multas e Juros de Outros Tributos-IPTU	1,011	29.266	0,896	26.677	30.000	-	-	50.000	2,500	40.000	0,800	40.500	1,013	45.500	1,000
1911.99.99.02.00	1000	Multas e Juros de Outros Tributos-ITBI		-	-	-	5.000	-	-	9.000	1,200	7.000	1,167	8.000	1,143	8.000	1,000
1211.99.99.03.00	1000	Multas e Juros de Outros Tributos-Tx Licença		-	-	4.390	10.000	-	-	11.000	1,100	12.000	1,091	13.000	1,083	13.000	1,000
1911.99.99.04.00	1000	Multas e Juros de Outros Tributos-ISS		-	-	-	2.000	-	-	3.500	1,750	3.000	1,200	3.500	1,167	3.500	1,000
1911.99.99.05.00	1000	Multas e Juros de Outros Tributos-Tar Diversas		-	-	0	3.000	-	-	3.500	1,167	4.000	1,143	4.500	1,125	4.500	1,000
1912.11.00.00.00		***MULTAS E JUROS D.ATIVA IPTU***	**0,403**	**576.159**	**2,964**	**383.738**	**880.000**	**166.411**	**0,606**	**666.500**	**0,745**	**702.500**	**1,070**	**728.000**	**1,051**	**749.000**	**1,034**
1912.11.01.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa IPTU-do Exercício	0,403	576.159	2,964	79.974	400.000	4.931	0,062	180.000	0,450	170.000	0,944	180.000	1,059	180.000	1,000
1912.11.02.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa IPTU-do 1		-	-	147.459	200.000	27.994	0,140	220.000	1,100	230.000	1,045	230.000	1,000	240.000	1,043
1912.11.03.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa IPTU-do 2.		-	-	57.469	100.000	24.973	0,425	110.000	1,100	120.000	1,091	130.000	1,083	130.000	1,000
1912.11.04.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa IPTU-do 3.		-	-	45.521	80.000	22.495	0,494	80.000	0,750	70.000	1,167	80.000	1,143	80.000	1,000
1912.11.05.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa IPTU-do 4.		-	-	32.458	50.000	21.994	0,677	55.000	1,100	60.000	1,091	65.000	1,083	65.000	1,000
1912.11.06.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa IPTU-Exerc Ant		-	-	20.858	50.000	53.067	2,545	51.000	1,020	52.000	1,020	53.000	1,019	54.000	1,000
1913.12.00.00.00		***MULTAS E JUROS DE MORA D.ATIVA ITBI***					3.000	537	-	3.800	1,167	4.000	1,143	4.500	1,125	4.500	1,000
1913.12.01.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ITBI-Exerc.		-	-	-	500	-	-	1.000	2,000	4.000	4,000	4.500	1,125	4.500	1,000
1913.12.02.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ITBI-Prim.Exerc Ant		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-
1913.12.03.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ITBI-Seg.Exerc Ant.		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-
1913.12.04.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ITBI-Terceiro Exerc.Ant		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-
1913.12.05.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ITBI-Quarto Exerc.Ant		-	-	-	500	537	-	800	1,600	-	-	-	-	-	-
1913.12.06.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ITBI-Outros Exerc.Ant		-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-
1913.13.00.00.00		***MULTAS E JUROS MORA D.ATIVA ISS***	**0,213**	**26.872**	**2,647**	**10.686**	**80.000**	**3.633**	**0,194**	**30.000**	**0,375**	**36.750**	**1,225**	**37.050**	**1,008**	**37.100**	**1,001**
1913.13.01.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ISS-do Exerc.	0,213	26.872	2,647	2.505	20.000	-	-	5.000	0,250	5.250	1,050	5.300	1,010	5.300	1,000
1913.13.02.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ISS-do 1.		-	-	9.634	20.000	1.290	0,134	5.000	0,250	10.500	2,100	10.600	1,005	10.600	1,000
1913.13.03.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ISS-do 2.		-	-	3.504	20.000	319	0,091	5.000	0,250	5.250	1,050	5.300	1,010	5.300	1,000
1913.13.04.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ISS-do 3.		-	-	1.621	10.000	885	0,486	5.000	0,500	5.250	1,050	5.300	1,010	5.300	1,000
1913.13.05.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ISS-do 4.		-	-	347	5.000	465	1,341	5.000	1,000	5.250	1,050	5.300	1,010	5.300	1,000
1913.13.06.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa ISS-Exerc.Ant.		-	-	827	5.000	672	0,788	5.002	1,000	5.250	1,050	5.300	1,010	5.300	1,000
1913.36.00.00.00	**1510**	***Multas e Juros D.Ativa Vig.Sen.***		**307**	-	**44**	**10.000**	**1.539**	**34,85**	**10.000**	**1,000**	**10.000**	**1,000**	**10.200**	**1,020**	**10.300**	**1,010**
1913.98.00.00.00		***MULTAS E JUROS MORA CONTR.MELHO***	-	**10.029**	-	**14.738**	**36.000**	**12.637**	**0,858**	**47.000**	**1,306**	**39.500**	**0,840**	**43.000**	**1,089**	**43.000**	**1,000**
1913.98.01.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa Contr.M.-do Exerc.	-	10.029	-	5.026	5.000	426	0,085	7.000	1,400	8.000	1,143	9.000	1,125	9.000	1,000
1913.98.02.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa Contr.M.-do 1.		-	-	5.900	10.000	5.100	0,680	15.000	1,500	10.000	0,667	10.000	1,000	10.000	1,000
1913.98.03.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa Contr.M.-do 2.		-	-	3.869	10.000	4.019	1,039	12.000	1,200	9.000	0,667	9.000	1,000	9.000	1,000
1913.98.04.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa Contr.M.-do 3.		-	-	-	5.000	3.087	-	6.000	1,200	6.000	1,000	7.000	1,167	7.000	1,000
1913.98.05.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa Contr.M.-do 4.		-	-	-	5.000	-	-	6.000	1,200	6.000	1,000	7.000	1,167	7.000	1,000
1913.98.06.00.00	1000	Multas e Juros D.Ativa Contr.M.-Exerc Anter		-	-	34	1.000	-	-	1.000	1,000	1.500	1,500	2.000	1,333	2.000	1,000
1913.99.00.00.00		***MULTAS E JUROS MORA D.A.OUTROS TRIB***		**95.435**	**0,210**	**124.992**	**201.600**	**72.109**	**0,577**	**230.000**	**1,144**	**270.900**	**1,174**	**304.000**	**1,122**	**304.000**	**1,000**
1913.99.01.00.00		***M.E J.MORA D.ATIVA OUTROS TRIB.TX GERAL***		-	-	**118.480**	**151.600**	**72.109**	**0,619**	**180.000**	**1,182**	**218.000**	**1,167**	**234.000**	**1,114**	**234.000**	**1,000**
1913.99.01.01.00	1511	Multas e Juros D.Ativa Taxas em Geral-do Exerc		-	-	38.266	46.000	2.369	0,062	20.000	0,444	30.000	1,500	35.000	1,167	35.000	1,000
1913.99.01.02.00	1511	Multas e Juros D.Ativa Taxas em Geral-do1.		-	-	47.309	50.000	29.362	0,621	55.000	1,100	55.000	1,000	60.000	1,091	60.000	1,000
1913.99.01.03.00	1511	Multas e Juros D.Ativa Taxas em Geral-do 2.		-	-	24.053	30.000	21.734	0,904	35.000	1,167	40.000	1,143	45.000	1,125	45.000	1,000
1913.99.01.04.00	1511	Multas e Juros D.Ativa Taxas em Geral-do 3.		-	-	2.690	15.000	18.249	5,666	20.000	1,333	25.000	1,250	30.000	1,200	30.000	1,000
1913.99.01.05.00	1511	Multas e Juros D.Ativa Taxas em Geral-do 4.		-	-	1.692	5.000	592	0,232	20.000	3,333	30.000	1,500	32.000	1,067	32.000	1,000
1913.99.01.06.00	1511	Multas e Juros D.Ativa Taxas em Geral-Exerc.Anter		-	-	2.460	5.000	3.614	1,235	30.000	6,000	30.000	1,000	32.000	1,067	32.000	1,000
1913.99.99.01.00	**1600**	***MULTAS E JUROS D.ATIVA NÃO TRIBUTARIA***		**95.435**	**0,210**	**5.432**	**50.000**	**-**	**-**	**50.000**	**1,000**	**60.000**	**1,200**	**70.900**	**1,182**	**70.900**	**1,000**
1914.99.00.29.02	**1060**	***ENC.MORT.COSIP CARNET IPTU***		**3.406**	-	**7.896**	**20.000**	**5.322**	**0,674**	**25.000**	**1,250**	**26.000**	**1,040**	**27.000**	**1,038**	**28.000**	**1,037**
1918.00.00.00.00		***MULTAS DE OUTRAS ORIGENS***	**1,595**	**178.072**	**0,283**	**189.582**	**276.000**	**186.141**	**0,993**	**1.026.500**	**3,726**	**1.537.500**	**1,498**	**2.691.500**	**1,674**	**3.601.500**	**1,338**
1919.15.00.00.00	1015	Multas Previstas na Leg de Trânsito	0,549	36.094	0,961	39.360	60.000	37.588	0,954	600.000	-	1.200.000	2,000	2.000.000	2,083	3.200.000	1,200
1919.32.00.00.00	1000	Multa Decorrente Sentença Penal Condan		-	-	-	-	823	-	10.000	-	10.000	1,000	10.000	1,000	10.000	1,000
1919.36.00.00.00	1082	Fundo Munic Meio Ambiente	-	131.400	1,644	140.215	180.000	147.699	1,053	800.000	1,875	190.000	0,633	220.000	1,158	240.000	1,091
1919.50.00.00.00	1078	Fundo Munic PROCON	-	6.009	-	7.000	26.000	252	0,036	35.000	1,400	40.000	1,143	45.000	1,125	45.000	1,000
1919.99.01.00.00	1000	Correção Monetária dos Tributos	1,566	224	0,000	258	15.000	-	-	60.000	4,000	70.000	1,167	75.000	1,071	75.000	1,000
1919.99.02.00.00	1081	Fundo Munic Apoio Port Deficiencia	-	1.220	0,917	750	5.000	-	-	8.000	1,600	10.000	1,250	12.000	1,200	12.000	1,000
1919.99.03.00.00	1080	Multas do Fundo Munic Criança e Adolesc	-	125	0,000	-	-	-	-	2.000	-	2.500	1,250	3.000	1,200	3.000	1,000
1919.99.04.00.00	1084	Fundo Munic Defesa Civil-FUNCAP	-	-	-	-	10.000	-	-	11.000	1,100	12.000	1,091	13.000	1,083	13.000	1,000
1919.99.05.00.00	1000	Multas de Diversas Origens	-	-	-	789	1.000	-	-	2.000	2,000	3.000	1,200	3.500	1,167	3.500	1,000
1920.00.00.00.00		***INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES***					**150.000**	**31.250**	-	**215.000**	**1,433**	**240.000**	**1,116**	**260.000**	**1,083**	**260.000**	**1,000**
1921.99.01.00.00	1000	Outras Indenizações		33	0,001	44.195	100.000	-	-	105.000	1,050	120.000	1,143	130.000	1,083	130.000	1,000
1922.99.01.00.00	1000	Impugnações e Glosas Detern.TC		-	-	-	-	30.926	-	50.000	-	50.000	1,000	50.000	1,000	50.000	1,000
1922.99.99.01.00	1000	Outras Restituições		96.195	0,024	37.508	50.000	12.324	0,325	60.000	1,200	70.000	1,167	80.000	1,143	80.000	1,000
1922.99.99.02.00	1104	Compensão Financeira Educação		296.123	-	1.733	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1930.00.00.00.00		***RECEITA DA DIVIDA ATIVA***	**1,025**	**1.178.266**	**0,772**	**1.411.054**	**2.562.500**	**1.724.568**	**1,222**	**5.153.000**	**2,011**	**5.474.500**	**1,062**	**5.610.600**	**1,025**	**5.899.900**	**1,016**
1931.00.00.00.00		***RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA***	**0,867**	**909.909**	**0,788**	**1.045.357**	**2.022.000**	**1.479.609**	**1,697**	**4.613.000**	**2,281**	**4.874.500**	**1,057**	**5.006.600**	**1,027**	**5.085.900**	**1,016**
1931.11.00.00.00		***RECEITA DIVIDA ATIVA IPTU***	**0,938**	**801.923**	**0,760**	**929.195**	**1.570.000**	**1.061.063**	**1,142**	**2.170.000**	**1,299**	**2.310.000**	**1,065**	**2.430.000**	**1,048**	**2.490.000**	**1,029**
1931.11.01.00.00	1000	Rec.D.Ativa IPTU-do Exerc	0,938	801.923	0,760	229.063	500.000	248.445	1,085	600.000	1,200	640.000	1,067	660.000	1,031	660.000	1,000
1931.11.02.00.00	1000	Rec.D.Ativa IPTU-do 1.		-	-	363.852	450.000	402.844	1,198	550.000	1,222	590.000	1,073	590.000	1,000	700.000	1,186
1931.11.03.00.00	1000	Rec.D.Ativa IPTU-do 2.		-	-	154.919	280.000	220.341	1,533	350.000	1,400	370.000	1,057	380.000	1,027	380.000	1,000
1931.11.04.00.00	1000	Rec.D.Ativa IPTU-do 3.		-	-	84.849	200.000	92.365	0,971	300.000	1,800	340.000	1,033	350.000	1,032	350.000	1,000
1931.11.05.00.00	1000	Rec.D.Ativa IPTU-do 4.		-	-	42.780	150.000	59.595	0,926	170.000	1,133	190.000	1,118	210.000	1,105	210.000	1,000
1931.11.06.00.00	1000	Rec.D.Ativa IPTU- Exerc Anteriores		-	-	73.922	190.000	57.481	0,913	200.000	1,667	240.000	1,050	220.000	1,048	220.000	1,000
1931.12.00.00.00		***REC.DIVIDA ATIVA - ITBI***		-	-	-	**4.500**	-	-	**5.000**	**1,111**	**6.000**	**1,200**	**6.600**	**1,083**	**6.600**	**1,000**
1931.12.01.00.00	1000	Rec.Div.Ativa ITBI - do Exercício		-	-	-	1.000	-	-	1.000	1,000	-	-	-	-	-	-
				-	-	-	1.000	-	-	1.000	1,000	-	-	-	-	-	-

1931.12.06.00.00	1000	Rec.Div.Ativa ITBI - do Quarto Exerc Anterior			-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-	-	-
1931.12.06.02.00	1000	Rec.Div.Ativa ITBI - de Outros Exerc.Anterior			-	-	-	500	-	-	500	1,000	-	-	-	-	-	-	-	-
1931.13.00.00.00		**RECEITA DIVIDA ATIVA ISS**	**0,491**	**89.710**	**0,894**	**87.027**	**160.000**	**55.411**	**0,530**	**355.000**	**2,219**	**380.000**	**1,070**	**391.000**	**1,029**	**392.000**	**1,003**
1931.13.01.00.00	1000	Rec.D.Ativa ISS-do Exerc.	**0,491**	89.710	**0,894**	7.126	20.000	-	-	105.000	**5,250**	110.000	**1,048**	115.000	**1,045**	115.000	**1,000**
1931.13.02.00.00	1000	Rec.D.Ativa ISS-do 1.		-	-	41.247	80.000	13.829	**0,339**	80.000	**1,125**	100.000	**1,111**	95.000	**0,950**	96.000	**1,011**
1931.13.03.00.00	1000	Rec.D.Ativa ISS-do 2.		-	-	11.900	20.000	37.571	**3,116**	50.000	**1,667**	60.000	**1,200**	55.000	**1,083**	55.000	**1,000**
1931.13.04.00.00	1000	Rec.D.Ativa ISS-do 3.		-	-	5.646	20.000	3.065	**0,524**	40.000	**2,000**	40.000	**1,000**	42.000	**1,050**	42.000	**1,000**
1931.13.05.00.00	1000	Rec.D.Ativa ISS-do 4.		-	-	-	5.000	899	-	40.000	**8,000**	40.000	**1,000**	42.000	**1,050**	42.000	**1,000**
1931.13.06.00.00	1000	Rec.D.Ativa ISS-Exerc.Anter		-	-	905	5.000	576	**1,079**	30.000	**6,000**	30.000	**1,000**	32.000	**1,067**	32.000	**1,000**
1931.35.00.00.00		**RECEITA D.ATIVA VIGILANCIA SANITARIA**		**7.148**	-	**264**	**50.000**	**9.026**	**34,18**	**24.000**	**0,480**	**26.000**	**1,083**	**28.000**	**1,077**	**28.000**	**1,000**
1931.35.00.00.00	1510	Rec.D.Ativa Vig.Sanitária		7.148	-	264	50.000	9.026	**34,18**	24.000	**0,480**	26.000	**1,083**	28.000	**1,077**	28.000	**1,000**
1931.98.00.00.00		**DIVIDA ATIVA CONTR.MELHORIA**		**11.031**	-	**48.872**	**135.000**	**92.407**	**1,686**	**85.000**	**0,659**	**171.500**	**1,927**	**174.300**	**1,016**	**176.400**	**1,012**
1931.98.01.00.00	1000	Rec.D.Ativa Contr.Melh.-do Exerc	-	11.031	-	14.814	30.000	21.904	**1,471**	20.000	**0,667**	40.000	**2,000**	41.000	**1,025**	42.000	**1,024**
1931.98.02.00.00	1000	Rec.D.Ativa Contr.Melh.-do 1.		-	-	23.999	50.000	43.004	**1,792**	35.000	**0,700**	86.000	**2,457**	87.000	**1,012**	88.000	**1,011**
1931.98.03.00.00	1000	Rec.D.Ativa Contr.Melh.-do 2.		-	-	9.772	25.000	11.012	**1,127**	25.000	**1,000**	25.500	**1,020**	26.100	**1,024**	26.100	**1,000**
1931.98.04.00.00	1000	Rec.D.Ativa Contr.Melh.-do 3.		-	-	-	10.000	6.456	-	3.000	**0,300**	13.000	**4,333**	13.100	**1,008**	13.100	**1,000**
1931.98.05.00.00	1000	Rec.D.Ativa Contr.Melh.-do 4.		-	-	-	10.000	-	-	3.000	**0,300**	3.500	**1,167**	3.600	**1,029**	3.600	**1,000**
1931.98.06.00.00	1000	Rec.D.Ativa Contr.Melh.-Exerc.Anter		-	-	186	10.000	-	-	3.000	**0,300**	3.500	**1,167**	3.600	**1,029**	3.600	**1,000**
1931.99.00.00.00		**DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIB.TX GERAL**		**96**	-	-	**3.000**	**471.892**	-	**1.970.000**	-	**1.981.000**	**1,006**	**1.987.000**	**1,003**	**1.993.000**	**1,003**
1931.99.01.01.01	1511	Rec.D.Ativa de Outros Trib.Tx Geral-Do Exerc		96	-	-	500	127.528	-	520.000	-	525.000	**1,010**	526.000	**1,002**	527.000	**1,002**
1931.99.01.01.02	1511	Rec.D.Ativa de Outros Trib.Tx Geral-1. Exerc.Ant		-	-	-	500	236.119	-	550.000	-	552.000	**1,003**	553.000	**1,002**	554.000	**1,002**
1931.99.01.01.03	1511	Rec.D.Ativa de Outros Trib.Tx Geral-Do 2. Exerc		-	-	-	500	79.235	-	250.000	-	251.000	**1,004**	252.000	**1,004**	253.000	**1,004**
1931.99.01.01.04	1511	Rec.D.Ativa de Outros Trib.Tx Geral-Do 3 Exerc		-	-	-	500	33.486	-	200.000	-	201.000	**1,005**	202.000	**1,005**	203.000	**1,005**
1931.99.01.01.05	1511	Rec.D.Ativa de Outros Trib.Tx Geral-Do 4 Exerc		-	-	-	500	688	-	190.000	-	191.000	**1,005**	192.000	**1,005**	193.000	**1,005**
1931.99.01.01.06	1511	Rec.D.Ativa de Outros Trib.Tx Geral-De Outros Exerc.Ant		-	-	-	500	3.836	-	160.000	-	161.000	**1,006**	162.000	**1,006**	163.000	**1,006**
1932.00.00.00.00		**DIVIDA ATIVA OUTROS TRIB.TX GERAL Ajuz**	**2,352**	**268.358**	**0,722**	**365.697**	**540.000**	**44.868**	**0,123**	**540.000**	**1,000**	**600.000**	**1,111**	**604.800**	**1,007**	**614.900**	**1,017**
1932.18.00.28.00		**DIVIDA ATIVA COSIP COBRANA CARNE**		22.310	-	24.156	40.000	44.868	**1,867**	40.000	**1,000**	50.000	**1,250**	44.000	**0,880**	44.000	**1,000**
1932.18.00.28.02	1699	D.Ativa COSIP Cobrança Carne IPTU		22.310	-	24.156	40.000	44.868	**1,867**	40.000	**1,000**	50.000	**1,250**	44.000	**0,880**	44.000	**1,000**
1932.59.99.00.00		**REC.DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA**	**2,352**	**246.047**	**0,662**	**341.541**	**500.000**	-	-	**500.000**	**1,000**	**550.000**	**1,100**	**560.000**	**1,018**	**570.000**	**1,018**
1932.59.99.01.00	1000	Rec.Div.Ativa não Tributaria	**2,352**	246.047	**0,662**	341.541	500.000	-	-	500.000	**1,000**	550.000	**1,100**	560.000	**1,018**	570.000	**1,018**
1990.00.00.00.00		***RECEITAS DIVERSAS***		***253.327***	**1,583**	***249.992***	***450.000***	***302.452***	**1,211**	***550.000***	**1,222**	***500.000***	**0,909**	***555.000***	**1,110**	***566.000***	**1,020**
1990.99.99.01.00	1000	Receitas Eventuais	**1,814**	146.022	**1,613**	104.446	200.000	102.872	**0,985**	200.000	**1,000**	150.000	**0,600**	165.000	**1,100**	166.000	**1,006**
1990.99.99.02.00	1079	Receita do Psicotecnico		107.306	-	145.216	200.000	199.580	**1,374**	300.000	**1,500**	350.000	**1,167**	390.000	**1,114**	420.000	**1,077**
1990.99.99.03.00		Cancelamento R.e Pagar		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2421.099.01.00.00	31728	Alargamento Av. Rouxinol		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	41811	Provias		-	-	1.687.819	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2000.00.00.00.00		**RECEITAS DE CAPITAL**	**0,538**	**4.541.102**	**2,752**	**4.651.225**	**10.846.000**	**4.968.589**	**1,068**	**8.456.000**	**0,779**	**14.700.000**	**1,740**	**5.320.000**	**0,362**	**4.830.000**	**0,906**
2100.00.00.00.00		***OPERAÇÕES DE CRÉDITO***	**0,292**	**4.035.104**	**9,858**	**2.850.717**	**6.396.000**	**573.332**	**0,201**	**6.000.000**	**0,938**	**11.500.000**	**1,933**	**2.200.000**	**0,190**	**2.300.000**	**1,000**
2114.08.01.00.00		Op Credito Inst.Programas de Saúde		-	-	40.403	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2114.32.32.00.00	41886	Constr.Ampl.Reforma de Posto de Saúde		-	-	-	500.000	-	-	500.000	**1,000**	500.000	-	-	**0,000**	-	**0,000**
2114.08.00.00.00	41806	Operação Crédito - PMAT		340.000	**1,110**	1.687.819	399.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2114.99.99.01.00	31809	Pavimentação	**0,045**	2.929.259	**38,46**	292.323	-	41.912	**0,144**	-	-	-	-	-	-	-	-
2114.99.99.02.00	31810	Centro Administrativo		409.997	-	630.152	-	531.360	**0,640**	-	-	-	-	-	-	-	-
2119.00.01.00.00	31699	CISAM		344.854	**5,796**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2119.00.05.00.00	31607	Creches		-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000	-	200.000	-	200.000	-
2119.99.00.02.00	31608	Reestruturação do Mercado		1.101	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2114.99.99.11.00	41612	Operação Crédito - Paraná Urbano-Pavim		-	-	-	5.287.000	-	-	5.400.000	**1,021**	10.000.000	**1,852**	2.000.000	**0,200**	2.000.000	**1,000**
2200.00.00.00.00		**ALIENAÇÃO DE BENS**	**0,121**	***231.589***	**1,508**	***1.051.983***	***1.450.000***	***2.066.233***	**1,963**	***1.450.000***	**1,000**	***2.000.000***	**1,379**	***2.020.000***	**1,010**	***2.020.000***	**1,000**
2219.00.01.00.00	1501	Alienações de Ativos Moveis não Vinculados					160.000	162.262	-	150.000	**1,000**	100.000	**0,667**	120.000	**1,200**	120.000	**1,000**
2229.00.01.00.00	1501	Alienações de Ativos Imoveis não Vinculados	**0,128**	231.389	**1,514**	1.051.983	1.300.000	1.903.971	**1,809**	1.300.000	**1,000**	1.900.000	**1,462**	1.900.000	**1,000**	1.900.000	**1,000**
2400.00.00.00.00		***TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL***	**2,783**	***264.609***	**0,275**	***748.525***	***3.000.000***	***2.330.022***	**3,113**	***1.006.000***	**0,533**	***1.100.000***	**1,100**	***1.100.000***		***690.000***	
2421.01.01.00.00		Imotam CEO															
2471.01.01.00.00	31327	Termo de Convênio 2781/2007			-		-	47.124	-	-	-	500.000		500.000			

2471.02.01.00.00	31128	C.E. Infantil Jardim			-	5.150				-							
2471.02.02.00.00	31129	C.E. Infantil Jardim			-	5.150				-							
2471.99.00.00.00	31779	Convênio Incra			-	30.425	-	-		-							
2471.99.99.07.00	31798	C.E.F. Pav		206.409	-	261.289	-	96.797	**0,361**	-	-	-		-		-	
2471.99.99.08.00	31799	C.E.F. Pav		76.000	**1,380**	-	-	-	-	-	-	-		-		-	
2471.99.99.11.00	31773	C.E.F. Pav Ruas Cons.Habit.			-	97.500				-							
2471.99.99.12.00	31761	Programa PRONAT			-	160.000	-	-	-	-	-	-		-		-	
2421.99.10.00.00	31726	Infra-Estrutura	**3,667**	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-		-	
2421.99.04.00.00	31761	Constr.Portoes	**1,289**	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-		-	
2421.99.05.00.00	31708	Creche Dona Martinha e Columbia		-	-	-	-	-	-	-	-	-		-		-	
2421.99.06.00.00	31760	Centro Atendiento Idoso		-	-	-	-	-	-	-	-	-		-		-	
2422.99.02.00.00	31725	Residencial Sta Efigenia		-	-	-	-	-	-	-	-	-		-		-	
2422.99.03.00.00	31734	Iluminação Pública		-	-	-	-	-	-	-	-	-		-		-	
2473.02.01.00.00	31114	Esc.Alzira Horw.	**0,879**	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-		-	
2471.99.99.11.00	31777	C.E.F. Pavimentação		-	-	-	500.000	390.000	-	-	-	600.000		500.000		500.000	
2472.99.05.01.00	31786	Convênio FMAS Casa Lar - Veículos			-		-	44.995	-								
2472.99.99.03.00	31776	Convênio COHAPAR		-	-	141.141	2.500.000	1.746.216	**12,39**	1.000.000	**0,400**	900.000	**0,900**	900.000			
2472.99.99.04.00	31774	Conv FIA Estadual 2006			-	27.990											
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB				***(6.179.792)***	**1,141**	***(7.928.230)***	***(10.178.085)***	***(10.126.081)***	**1,277**	***(14.126.000)***	**1,388**	***(12.736.000)***	**0,902**	***(13.540.000)***	**1,063**	***(14.663.000)***	**1,085**
9721.01.02.00.00	1000	Dedução FUNDEB FPM		(2.509.423)	**1,104**	(9.567.986)	(3.949.969)	(4.275.315)	**1,270**	(6.000.000)	**1,522**	(6.200.000)	**0,967**	(6.580.000)	**1,058**	(6.200.000)	**1,127**
9721.01.05.00.00	1000	Dedução FUNDEB ITR		-		(5.962)	(6.858)	(11.252)	**1,915**	(20.000)	**1,901**	(30.000)	**1,154**	(24.000)	**0,900**	(25.000)	**1,083**
9721.36.00.00.00	1000	Dedução FUNDEB L.C. 87/96		(71.999)	**0,638**	(77.897)	(164.970)	(79.740)	**1,022**	(180.000)	**1,091**	(195.000)	**0,589**	(105.000)	**1,090**	(197.000)	**1,009**
9722.01.01.00.00	1000	Dedução FUNDEB ICMS		(3.441.719)	**1,187**	(4.021.874)	(4.949.100)	(4.802.382)	**1,194**	(6.000.000)	**1,212**	(5.800.000)	**0,967**	(6.200.000)	**1,069**	(6.500.000)	**1,065**
9722.01.02.00.00	1000	Dedução FUNDEB IPVA		-		(326.468)	(593.100)	(804.030)	**2,463**	(1.680.000)	**1,800**	(1.400.000)	**0,833**	(1.500.000)	**1,071**	(1.540.000)	**1,027**
9722.01.04.00.00	1000	Dedução FUNDEB IPI Exportação		(106.685)	**1,204**	(126.413)	(153.300)	(153.332)	**1,194**	(240.000)	**1,309**	(200.000)	**0,833**	(210.000)	**1,050**	(220.000)	**1,048**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA POR RENÚNCIA 01000							-	-		(1.307.000)	-	(1.433.750)	**1,097**	(1.495.909)	**1,043**	(1.520.455)	**1,024**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA POR RENUNCIA - 1050										(20.000)	-	(25.000)	**1,250**	(22.000)	**0,880**	(22.000)	**1,000**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA POR RENUNCIA - 1510										(12.000)	-	(13.000)	**1,083**	(14.000)	**1,077**	(14.000)	**1,000**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA POR RENÚNCIA - 1511										(595.000)	-	(690.500)	**1,006**	(693.500)	**1,003**	(695.500)	**1,003**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA POR DESCONTOS CONCEDIDO							(335.000)			(672.750)	**2,008**	(585.000)	**0,870**	(815.000)	**1,051**	(645.000)	**1,049**
TOTAL DAS DEDUÇÕES				(6.179.792)	**1,141**	(7.928.230)	(10.513.085)	(10.126.081)	**1,277**	(17.122.750)	**1,529**	(15.783.250)	**0,922**	(16.986.409)	**1,057**	(17.902.955)	**1,073**
SOMA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA			**1,164**	**78.390.426**	**1,144**	**86.097.437**	**107.110.415**	**99.892.371**	**1,160**	**128.278.250**	**1,198**	**131.635.150**	**1,026**	**132.490.150**	**1,006**	**141.324.490**	**1,067**

02) ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - I.P.P.A.S.A.

CÓDIGO	FR	ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO				PREVISTO	ARRECADADO		P R E V I S T O							
				2006		2007	2008		%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
1000.00.00.00.00		**RECEITAS CORRENTES**		**2.866.979**		**3.663.470**	**4.016.000**	**3.747.029**	**1,026**	**4.515.500**	**1,125**	**5.518.950**	**1,222**	**7.042.858**	**1,276**	**9.040.000**	**1,284**
1200.00.00.00.00		**Receitas de Contribuições**	**2,071**	**2.543.632**	**2,161**	**3.240.769**	**2.396.000**	**2.326.193**	**0,718**	**2.634.500**	**1,100**	**2.964.950**	**1,125**	**3.528.445**	**1,189**	**4.228.000**	**1,199**
1210.26.07.00.00	2040	Contribuições de Servidor Ativo Civil	**2,556**	1.943.662	**2,191**	2.074.857	2.300.000	2.272.383	**1,095**	2.530.000	**1,100**	2.860.000	**1,126**	3.400.000	**1,193**	4.100.000	**1,206**
1210.29.08.00.00	2040	Contribuições de Servidor Inativo Civil	**1,000**	29.870	**0,643**	44.799	95.000	43.718	**0,976**	83.800	**1,100**	102.850	**1,100**	113.138	**1,100**	115.000	**1,016**
1210.29.11.00.00	2040	Contribuições de Pensionistas Civil	**0,975**	4.340	**0,484**	7.943	10.000	10.562	**1,267**	11.000	**1,100**	12.100	**1,100**	13.310	**1,100**	14.000	**1,052**
1210.46.00.00.00	1551	Compensação Previd.Regime Geral e os															
		Regimes Próprios de Prev.Servidores	**1,401**	585.740	**2,464**	1.113.165	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1300.00.00.00.00	**2040**	**Receita Patrimonial**	**0,934**	**322.348**	**1,328**	**412.711**	**610.000**	**558.841**	**1,356**	**770.600**	**1,262**	**1.341.000**	**1,742**	**2.003.100**	**1,494**	**2.997.000**	**1,496**
1328.10.01.00.00	2040	Fundo Investimento Renda Fixa	**0,934**	289.559	**1,193**	-	500.000	545.450		650.000	**1,300**	1.320.000	**2,031**	1.980.000	**1,500**	2.970.000	**1,500**
1328.10.02.00.00	1551	Fundo Investimento Renda Fixa		32.789		-	100.000	6.477		110.000	**1,100**	10.000	**0,091**	11.000	**1,100**	13.000	**1,182**
1328.10.03.00.00	1000	Remuneração do Invest.Renda Fixa		-		-	10.000	3.914		10.000	**1,000**	11.000	**1,100**	12.100	**1,100**	14.000	**1,157**
1329.00.28.10.01	2040	Remuneração de Invest.Renda Fixa		-		378.675	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1329.00.28.10.02	1551	Remuneração de Invest.Renda Fixa		-		30.542	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1329.00.28.10.03	1000	Remuneração de Invest.Renda Fixa				394	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1900.00.00.00.00		**Outras Receitas Correntes**				-	**1.010.000**	**861.024**		**1.111.000**	**1,100**	**1.212.100**	**1,091**	**1.512.310**	**1,248**	**1.814.000**	**1,199**
1922.10.00.00.00	1551	Compensação entre Regime Previdenciário					1.000.000	861.024		1.100.000	**1,100**	1.200.000	**1,091**	1.500.000	**1,250**	1.800.000	**1,200**
1922.99.03.00.00	2040	Restituições por Pgto Antecipado		-		-	10.000	-		11.000	**1,100**	12.100	**1,100**	13.310	**1,100**	14.000	**1,052**
7000.00.00.00.00		**RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA**		-		**1.578.215**	**2.042.000**	**2.357.730**	**1,494**	**2.246.200**	**1,100**	**2.700.000**	**1,202**	**3.240.000**	**1,200**	**3.888.000**	**1,200**
7210.29.01.03.00	2040	Contr.Patronal Serv.Ativo Civil Op.In		-		1.578.215	2.042.000	1.753.392	**1,111**	2.246.200	**1,100**	2.700.000	**1,202**	3.240.000	**1,200**	3.888.000	**1,200**
7210.29.15.00.00	2040	Contr.Prev.sm Regime de Parcel.de Débitos		-		-	-	604.378		-	-	-	-	-	-	-	-
		SOMA - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**1,715**	**2.866.979**	**2,019**	**5.231.685**	**6.057.000**	**6.104.759**	**1,167**	**6.761.700**	**1,116**	**8.218.950**	**1,215**	**10.282.858**	**1,251**	**12.928.000**	**1,257**
		TOTAL GERAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	**1,172**	**81.169.405**	**1,152**	**91.329.121**	**113.167.415**	**106.997.130**	**1,161**	**135.031.950**	**1,193**	**139.853.200**	**1,036**	**142.773.008**	**1,021**	**154.252.490**	**1,080**

Fonte: Exercícios de 2006 e anteriores - Balanço da Administração Direta e Indireta

Memória de Cálculo da Receita Prevista:

* A receita projetada da Administração direta, foi estabelecida expurgando do cálculo a previsão da receita do IPPASA, o que resulta num crescimento médio 8,14%, levando em consideração uma maior eficiência da fiscalização e arrecadação dos tributos.
* Arrecadação de Multas Previstas na Legislação de Trânsito
* Contratação de Operação de Crédito no valor de R$ 11.500.000,00